



5928  
Mário Soares  
Abril 1977

# 25 de Abril

SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO



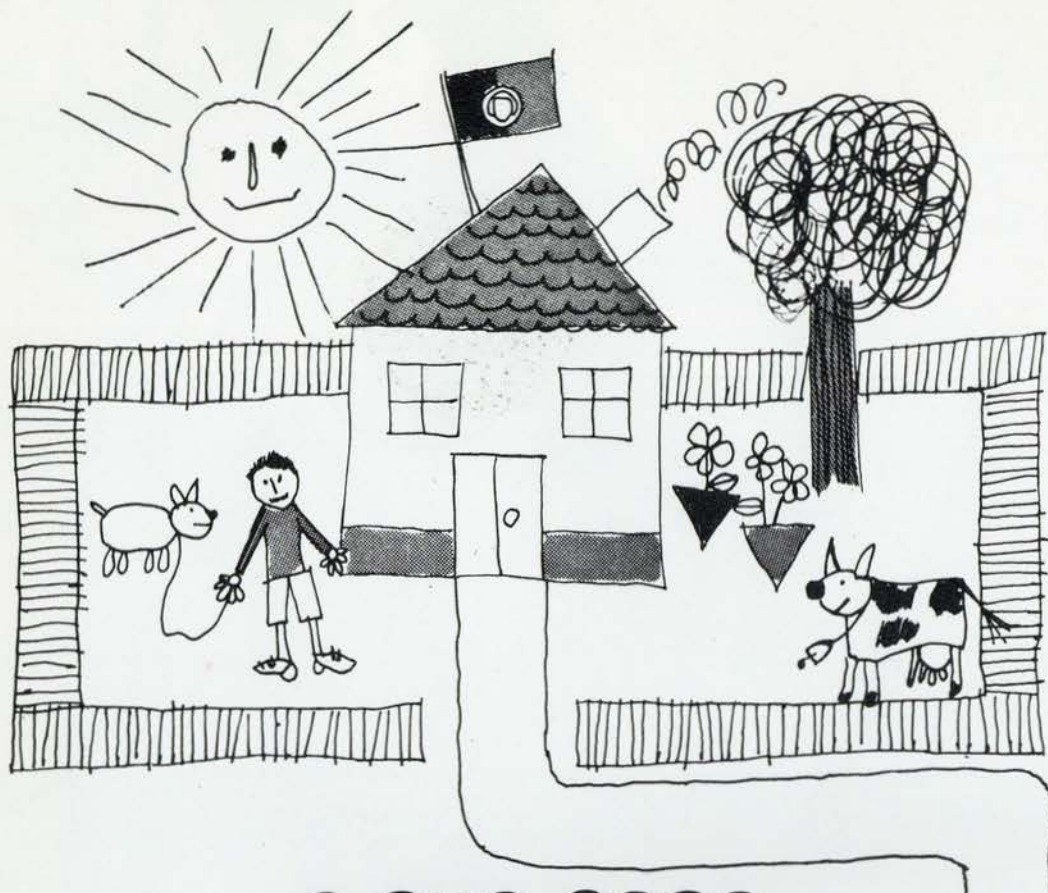
MÁRIO SOARES  
TENTA A INTEGRAÇÃO  
DE PORTUGAL  
NO MERCADO COMUM

A COMUNIDADE  
PORTUGUESA  
NA ARGENTINA

A DESVALORIZAÇÃO  
DO ESCUDO  
BENEFICIA  
OS EMIGRANTES

RESULTADOS  
DAS ELEIÇÕES  
PARA AS  
AUTARQUIAS LOCAIS





## a sua casa no seu país

**ESPECIAL  
EMIGRANTES  
POUPANÇA  
CRÉDITO**

Todos nós crescemos com a ideia de ter uma casa. Desde os bancos da escola. Agora é mais fácil. E não só uma casa para viver ou para arrendar, mas até uma terra para amanhar. Moradias, terras, andares, podem ser comprados com os empréstimos da POUPANÇA-CRÉDITO.

Mas o que é a POUPANÇA-CRÉDITO? É uma nova conta bancária especial para os emigrantes portugueses. Uma conta de depósito que dá direito a ter crédito. Para si, que trabalha e vive no estrangeiro. Então, abra já uma conta de POUPANÇA-CRÉDITO, para a qual passará a fazer as suas transferências em moeda estrangeira. Os juros deste depósito vão até 10,5%. E durante 5 anos pode contrair um empréstimo igual ao depósito que tiver acumulado, em qualquer altura. O empréstimo máximo é de 1000 contos.

Com o depósito e o empréstimo, em conjunto, realizará mais facilmente os seus projectos. A taxa de juro destes empréstimos é baixa — apenas 6,5%! O Estado cobre a diferença. Tem até 12 anos para pagar. Isenção de sisa e de contribuição predial durante 10 anos. Consulte já a Caixa Geral de Depósitos. E faça quanto antes o seu depósito de POUPANÇA-CRÉDITO! Confie em Portugal! O seu País renovado!

# CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS



Av. Presidente Vargas, 62-RIO DE JANEIRO • Largo do Calhariz-LISBOA 2 • 80, Av. Marceau-PARIS



N.º 17 — FEVEREIRO/MARÇO 1977 — Preço 15\$00

REVISTA MENSAL

PROPRIEDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA EMIGRAÇÃO

EDIÇÃO E DIRECÇÃO: SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E APOIO CULTURAL

SEDE: PRAÇA DO AREIRO, 11, 2.º ESQ. — TEL. 72 60 95

CHEFE DE REDACÇÃO E ORIENTADOR GRÁFICO: JOSÉ CARDOSO

REDACTORES: AVELINO PINTO, PALMINHA SILVA

COMPOSTO E IMPRESSO  
POR MIRANDELA & C.º  
TRAV. CONDESSA DO RIO, 7-9 — LISBOA



# 25 de Abril



## 2 OS LEITORES EMIGRANTES ESCREVEM

---

## 4 O PAÍS HOJE

---

## 16 O DIVÓRCIO NA ACTUAL LEI PORTUGUESA

---

## 18 ELEIÇÕES PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS

---

## 26 PORTUGAL E O MUNDO

---

## 31 O EMIGRANTE PORTUGUÊS NO MUNDO

---

## 3 TOMAR E O RIO NABÃO

Pág. 5

COMUNICAÇÃO  
DO PRIMEIRO-  
-MINISTRO



tome nota ...

Pág. 16

Pág. 33

CELEBRAÇÕES  
DO 385.º  
ANIVERSÁRIO  
DE GUANARE



Pág. 36

TOMAR  
E O RIO  
NABÃO



# OS LETTORES EMIGRANTES ESCREVEM

## «INFORMAR MAIS E MELHOR...»

Tive a oportunidade de conseguir por intermédio da nossa Sede Consular em Caracas, o n.º 13 da Revista «25 de Abril».

Como na mesma se indica que podemos dar a nossa opinião e crítica sobre alguns aspectos da Revista, bem assim com assuntos relacionados com os emigrantes, aqui estou para lhes dizer que a Revista é muito interessante, e muito necessária. Sendo uma Revista nova, nada mais se pode pedir. Só que num futuro próximo, deve ser mais completa na informação geral sobre o nosso País. Digo isto, porque há muitos Portugueses aqui na Venezuela, que pelo motivo que chegaram aqui há muitos anos, e porque a educação literária que trouxeram com eles foi muito pouca, e até porque na política anterior o lema era que o Povo Português permanecesse o mais atrasado possível, pois que dessa maneira estaríamos mais tempo no Poder (como aconteceu), repito: há muitos Portugueses que estão fora daquilo que realmente é o nosso País, e também o que se espera dos governantes actuais.

Há centenas deles que, todavia, desejariam que o 25 de Abril, não tivesse chegado!!! é inconcebível, mas é certo.

Portanto, na minha opinião, a Revista deve de informar mais e melhor: o que se está fazendo, qual é o futuro que se prevê, etc. (...).

Mandem pois quanto mais informação melhor e o mais legível possível. E igualmente se puderem mandar mais informação Turística, seria maravilhoso. Portugal precisa ser plenamente conhecido, até por os seus próprios filhos. E para isso é importante uma óptima informação, e uma sincera publicidade.

**Alberto da Silva Moutela**  
(Venezuela)

## EQUIVALÊNCIAS NO ENSINO

É com grande prazer que mais uma vez me dirijo à Secretaria de Estado da Emigração para regularizar a minha assinatura da Revista «25 de Abril».

Não quero deixar de vos facilitar pelas informações que nos ajudam a resolver casos e dificuldades que por vezes não seriam fáceis de resolver. Acho de muito valor as informações

que tenho lido, tanto no Jornal semanal como na Revista, e que nos fazem saber o que somos e a que temos direito, dentro e fora do País.

Eu sou um emigrante em França desde o ano de 1967. Tenho cá mulher e dois filhos, um com 7 anos outro com 9, frequentando a escola francesa desde a idade dos 4 anos.

Agracia que dentro das possibilidades me informassem sobre as equivalências dos estudos dos meus filhos, para no caso de eu regressar a Portugal os meter na escola portuguesa. Eles estão um pouco ao corrente da língua portuguesa que lhes é ensinada por mim em casa. Desejava uma informação correcta sobre este assunto, que não interessa só a mim mas a muitos emigrantes como eu que se encontram em localidades na França onde as escolas portuguesas estão longe de cá chegar.

**Joaquim Gomes de Oliveira**  
(França)

**O prezado leitor foi já directamente informado sobre o regime de equivalências em vigor. No entanto, chamamos a atenção de outros leitores, possivelmente interessados, para o número 9 da Revista, onde encontrarão as informações sobre este assunto.**

## AUTOMÓVEIS

Venho por este meio pedir com a maior urgência possível a seguinte informação: estando em vésperas de seguir para Portugal, um problema me surgiu à última hora, e pelo qual já tive de adiar a minha partida. Ora eu tenho um carro da marca Volkswagen do ano 1960 que consegui trazer de Moçambique, onde vivi passou de 12 anos, e agora como resolvi regressar à minha terra estava com ideias de o vender para favorecer as minhas economias e com elas pagar as despesas da minha viagem assim como a da minha esposa, mas o impossível surgiu é que não consigo vender o dito carro e então resolvi levá-lo comigo. Para isso eu me dirijo a V. Ex.ª, para que me informe se terei de pagar alguns direitos quando um dia o tiver de levantar na Alfândega.

Eu peço esta informação porque tenho em meu poder uma revista «25 de Abril», a qual informa o que nós retornados temos sobre a isenção de direitos, e nada consta sobre carros.

Também aqui corre o boato que carros com um certo número de anos estão isentos de direitos, mas eu não confiando no boato resolvi dirigir-me a quem de direito me pode informar.

**Mário Armando da Gama Pereira**  
(Rodésia)

**Para que nos seja possível dar uma informação concreta sobre o seu problema, torna-se necessário que indique os seguintes elementos: data do registo do automóvel em seu nome, data em que saiu de Moçambique, número de matrícula actual do seu automóvel e data em que se fixou na Rodésia.**

## FRONTEIRAS

Venho apresentar dois assuntos que para mim se tornam muito importantes. Primeiro, trabalho no leste da França desde 1969, e todos os anos vou passar férias a Portugal. A hora que mais permite sair daqui e evitar o fim de semana na viagem, todos os anos me sujeito a esperar uma madru-

de Abril

## ASSINATURAS

- Todos os documentos (cheques, ordens de pagamento, vales do correio, etc.) para pagamento da assinatura da Revista, devem ser dirigidos a **Secretaria de Estado da Emigração**.
- Tratando-se de renovação da assinatura, informe, sempre que possível, desde quando é assinante e qual o primeiro número que recebeu.
- Caso mude de residência, comunique-nos o mais rapidamente possível.



gada inteira pela abertura da fronteira em Vila Verde da Raia, depois de saturado de uma viagem de 2000 km.

Peço por isso que se faça os possíveis para podermos beneficiar das fronteiras abertas de noite durante o período de férias.

O segundo caso é que em Agosto de 1975 um indivíduo aí em Portugal bateu com o carro dele no meu. Ele tinha seguro e fez-se a reparação. O carro esteve dez dias na oficina e durante este período tive necessidade de alugar táxis e fazer diversas chamadas telefónicas por causa da reparação. Dirigi-me pessoalmente à Companhia de Seguros Soberana (no Porto) a pedir uma indemnização destas despesas. Disseram-me que só por escrito, e eu então escrevi uma carta registada com todos os dados, e em seguida mais duas, sem obter até hoje nem a respectiva indemnização, nem uma pobre resposta. Admira-me o atraso com que marcham as companhias de seguros em Portugal, para regularizar uma indemnização que não chega a 2000\$00.

**António Gomes de Sá**  
(França)

**Relativamente aos horários de abertura das fronteiras durante o período de férias, estão os mesmos a ser objecto de estudo no sentido de os adaptar, dentro do possível, às necessidades e interesses das pessoas que as utilizam. No caso da adopção de novos horários num ou mais postos fronteiriços, será divulgação para conhecimento dos interessados. Quanto ao acidente com o seu automóvel, já foi contactada a companhia de seguros, pelo que oportunamente lhe será transmitido o resultado das diligências efectuadas.**

## ARRENDAMENTO

Resolvi eu também apresentar alguns problemas para os quais gostaria de obter as respectivas informações.

No Verão de 74, aproveitando a frente de um bocadinho de terreno que tenho situado nas Arroteias (Alhos Vedros), inicie a construção de duas casas, uma para habitação própria, e a outra será para arrendar assim que esteja concluída.

Ora por lei, uma vez prontas as casas devo registá-las na Câmara do Concelho (Moita), o que tenciono fazer no próximo Verão. Uma vez registadas fico sujeito à contribuição predial, claro.

**Estas páginas estão reservadas à correspondência dos nossos leitores. Todas as cartas serão bem vindas, pois representam uma contribuição importante para o estreitamento dos laços entre todos os emigrantes portugueses espalhados pelo Mundo, bem como o conhecimento das situações que enfrentam no seu dia-a-dia.**

**Contudo, dado o grande volume da correspondência ultimamente recebida, não nos é possível a publicação da sua maior parte, o que lamentamos. Escolheremos pois as cartas que pelo tema abordado tenham mais interesse para todos, e delas extrairemos o seu conteúdo mais significativo. Noutro local da Revista publicaremos, sempre que possível, a Carta do Mês, ou seja, aquela que no seu total proporcione um melhor entendimento dos problemas e satisfação dos anseios dos emigrantes.**

**Também na medida do possível tentaremos dar-lhes a resposta (se for caso disso) dos serviços competentes da S. E. E. — independentemente daquela que estes mesmos serviços possam dar directamente ao interessado.**

## ESCREVA-NOS

Pois tendo ouvido já várias vezes na rádio e até lido em jornais qualquer coisa que segundo uma nova lei aprovada pelo Governo os emigrantes estariam isentos de contribuições durante 10 anos sobre qualquer investimento, compras ou construção, gostaria de saber se serei abrangido por essa mesma lei, ou se estou sujeito a pagar a respectiva contribuição.

Outro problema: há alguns anos que a Câmara nos promete água e luz. A água já está no bairro, mas a luz, que eu tenha conhecimento nada de novo. Há dois anos, a Comissão de Moradores por sua iniciativa quis resolver o problema da luz para o bairro, e por isso resolveram fazer um peditório de uma certa quantia por metro quadrado de cada proprietário, ao que todos ou quase todos anularam e pagaram.

Acontece que a Câmara por sua vez decidiu mandar devolver essa mesma quantia que cada um tinha dado, que ela própria em breve resolveria o problema. Pois que eu tenha conhecimento, até hoje nada de novo.

Ora eu sou de opinião, como aliás a maioria, que a Câmara devia ter aceitado a nossa boa vontade de ajudar o País, embora em nosso benefício também — e era possível que hoje já beneficiássemos de luz no bairro!...

São estes problemas que nós emigrantes, sempre pensando um dia regressar ao nosso País, gostaríamos de ver resolvidos, para bem de todos.

Outra coisa que gostaria de saber: quais são actualmente as leis do arren-

damento, uma vez que tenciono arrendar a casa que atrás citei?

**José Bento Ferreira**  
(Alemanha)

A Câmara Municipal da Moita já foi dado conhecimento das suas apreensões pela falta de luz eléctrica no bairro de Arroteias.

Quanto ao outro problema, informamos que só beneficiaria de isenção predial por dez anos se tivesse utilizado, na construção das casas, um empréstimo concedido por instituição de crédito nacionalizada, ao abrigo do regime criado somente em 1976, pelo Decreto-Lei n.º 540/76, de 9 de Julho.

No que diz respeito ao arrendamento da casa deve fazer o seguinte: nos dez dias seguintes à passagem da correspondente licença de utilização, deverá entregar na Câmara Municipal uma declaração em duplicado com a completa identificação do prédio, com a indicação do número de divisões e da renda pretendida. Se não conseguir arrendar o prédio no prazo de 120 dias, a Câmara poderá arrendá-lo a interessados que tenham apresentado a sua pretensão. Salientamos ainda que o contrato de arrendamento constará obrigatoriamente de documento assinado por ambos os contratantes, devendo ser exigido no prazo de dez dias a partir da sua celebração nos serviços competentes da Câmara Municipal.



## MÁRIO SOARES AO PAÍS:

### «VAMOS NO RUMO CERTO»

A fim de explicar o sentido e os objectivos das recentes medidas de carácter económico-financeiro decretadas pelo Governo, o primeiro-ministro dr. Mário Soares fez uma importante comunicação ao País. Na impossibilidade — dada a sua extensão — de publicarmos na íntegra o texto da alocução, reproduzimos as suas passagens mais importantes, aquelas que no plano global melhor definem a natureza e complexidade dos grandes problemas nacionais, bem como as linhas mestras que conduzirão os Portugueses, através de um sacrifício transitório, ao progresso e bem-estar social que têm direito.

«(...) A crise que nós atravessamos é de diagnóstico relativamente fácil. Aliás, foi feito, quer por mim quer por ministros do Governo Constitucional, por diversos «leaders» dos partidos de oposição, por dirigentes sindicais, por membros e dirigentes de associações patronais. Anotaria, entretanto, que esta crise, antes de mais nada, deve-se ao facto de nós termos vivido durante longos anos numa ditadura fascista; é uma crise que vem de longe, que vem de muito antes do 25 de Abril, e tem alguma coisa a ver, também, com a guerra colonial a que estivemos submetidos durante 14 longos anos.

É também uma crise que está directamente relacionada com a crise monetária internacional, que ocorreu em todo o mundo ocidental e que está a ter agora grandes repercussões no mundo comunista, em virtude do aumento do preço do petróleo e do preço das matérias-primas, que ocorreu antes do 25 de Abril. Seria caso para se dizer que se o 25 de Abril não se tem realizado, apesar de tudo, a situação portuguesa estaria muito pior e os Portugueses viveriam em condições muito piores do que aquelas em que hoje vivem, como aliás poderá ser por eles facilmente reconhecido. Mas

não excludo, evidentemente, os erros e os abusos que se cometeram, os desvios que, verificados durante o período do «Gonçalvismo», período esse em que, de uma maneira sistemática, se procurou destruir os mecanismos da economia portuguesa. Aliás, o «Gonçalvismo» tinha uma certa lógica, era um sistema com uma certa lógica. Visava, naturalmente, arruinar e descapitalizar as empresas, de forma a obrigar à colectivização integral do nosso país. Portugal seria, portanto, obrigado a sair Europa, na qual se insere, Europa a qual está ligado por 80 por cento das trocas comerciais nos dois sentidos, e integrar-se, necessariamente, noutro sistema económico.

Essa expressão de Portugal como um país do Terceiro Mundo, por-nos-ia a retrogradar algumas décadas — e porventura a ser a ter a coragem de ir até ao fundo do pensamento que estava contido nessa lógica do Governo gonçalvista, que era de nos fazer integrar no sistema do Comunismo, que não seria mais agradável para os Portugueses.

Tratava-se, pois, de dois anos de um caminho totalmente irrealista. Não levava nem conduzia Portugal ao socialismo, mas sim

à instauração de uma ditadura comunista neste País, o que é coisa profundamente diferente. Aliás, esse caminho irrealista foi rejeitado pelo povo português nas grandes manifestações de rua, nas praças públicas, por todo o País, no Verão de 1975, foi rejeitado em três eleições consecutivas e foi, definitivamente vencido em 25 de Novembro de 1975.

### INDEPENDÊNCIA NACIONAL

«(...) Fala-se muito, a propósito de empréstimos, de independência nacional. E fala-se de independência nacional utilizando esse «slogan», mas a verdade é que aqueles que mais o gritam não teriam qualquer pejo, e nós sabemos disso, em nos fazer cair sob uma dependência muito pior do que esta. Estivemos mesmo para que isso acontecesse no Verão de 1975, e foi justamente por prezarmos a nossa independência nacional que nós resistimos a isso, como saberemos resistir a quaisquer pressões venham de onde vierem, que tenham alguma coisa a dizer em relação à defesa, com o que o Governo constitucional é intransigente, da soberania portuguesa — mas intransigente em todos os sentidos.

Ao cabo e ao resto, outra solução não havia do que aquela que nós apresentamos claramente ao País. Não temos nós o exemplo do Chile, que, em determinado momento foi asfixiado pela falta de apoios externos e pela falta de compreensão dos mercados externos.



Pois aqueles que nos criticam e que a propósito disso falam na diversificação dos apoios internacionais — e eu sou partidário dessa diversificação, tanto que fui o responsável, como ministro dos Negócios Estrangeiros, pela abertura das relações diplomáticas com todos os países do Mundo — pois esses que falam disso, que apresentam outra solução diferente da nossa. Sobretudo, que digam ao País de onde podem vir outros apoios, outros auxílios concretos para além daqueles que nós até agora obtivemos. Esse é um ponto fundamental.

Não somos nós, falando de independência nacional, que aceitamos a teoria da soberania limitada com que se justificou a invasão de um país como a Checoslováquia. Nós prezamos muito a independência nacional e não prescindimos de a defender em todas as circunstâncias.

### **DESVALORIZAÇÃO DO ESCUDO**

Mas mudemos de assunto e falemos de outro ponto extremamente importante que é desvalorização. Antes de mais nada é indispensável dizer que a desvalorização não tem nada de dramático. Outros países, e outros países importantes, o ministro das



lorização tem a ver com o mercado externo da nossa moeda, em relação às moedas estrangeiras. Mais nada do que isso.

Aliás, querer manter o Escudo chamado forte, é um artifício, um artifício que Salazar usou no passado, quase como um «fetiche», para ele o essencial era ter moeda forte, mesmo que o País estivesse,

havia este fenómeno de atrasar recebimentos estrangeiros para Portugal, de adiantar os pagamentos ao estrangeiro, sempre na esperança de com isso ganhar algum dinheiro, o que representava uma hemorragia tremenda para o erário público, uma hemorragia de divisas.

Através da desvalorização, nós encorajámos frontalmente as exportações, portanto, aumentando a produção interna. Dificultámos as importações, e aí, ainda, aumentámos a produção, na medida em que se terão de criar produtos substitutivos para os produtos que vêm do estrangeiro, criando novos postos de trabalho; e estamos a dar um incremento extraordinário ao turismo. Aliás, como todos sabem, o turismo, neste momento, marcha bem em Portugal e atingimos os números anteriores à Revolução de Abril, pela primeira vez.

A desvalorização encorajou, ainda, e penso que irá encorajar, os emigrantes a investir em Portugal, quer os portugueses que trabalham no estrangeiro, quer originários de portugueses que se mantêm ainda naturalizados, ou filhos de portugueses que se man-

**Raramente no mundo se viu uma ditadura ser capaz de se adaptar, depois de vencida, à democracia, sem passar um grande período de instabilidade e mesmo de guerra civil.**

Finanças o lembrou, desvalorizou a sua moeda. Aliás, a desvalorização é outra das reflexões que eu desejaria fazer, aliás, já foi feita, mas não é demais sublinhá-lo, não tem nada a ver com o aumento dos preços internos, a curto prazo. Portanto, atenção especuladores: se procurarem aumentar os preços em virtude da medida tomada da desvalorização do Escudo, isso é um crime de especulação e como tal será punido. Não há nenhuma razão para no mercado interno aumentarmos os preços. A desva-

como esteve durante tantos anos, na miséria. Aliás, a desvalorização deve-se, fundamentalmente, ao facto de haver muitas especulações contra o escudo.

Podemos dizer que muitos portugueses, que iam ali a Espanha ou recebiam emigrantes e amigos vindos do estrangeiro, guardavam moeda estrangeira nas suas gavetas, e uma parte das suas poupanças ia justamente para guardar moeda estrangeira, na suposição de que o escudo se poderia desvalorizar. Por outro lado,



têm, de algum modo, ligados a Portugal. Sabendo, portanto, que o nosso dinheiro está mais barato para eles, é evidente que podem multiplicar os investimentos em Portugal. Nesse sentido, uma das medidas tomadas foi a de aumentar a taxa de juro para os depósitos a prazo dos emigrantes, medida com que nós contamos poder dinamizar muito justamente as remessas dos emigrantes para Portugal.

## AUMENTO DO CUSTO DE VIDA

É evidente que a desvalorização tem consequências negativas e não só vantagens. E uma das consequências negativas, vai-se repercutir, a prazo, como eu disse, no aumento do custo de vida. Põe-se, pois, um problema de relações que se tem que estabelecer entre os rendimentos e, em particular, os salários e os preços, relações que tem que estar programadas e planificadas.

Nós estamos entrando numa política de sacrifícios, numa política de austeridade que o Povo português compreende. É por isso que nós não podemos deixar — temos que o dizer muito claramente — subir os salários acima de um certo máximo, aliás, eu penso que os sindicatos o compreendem perfeitamente. Não podemos deixar subir os salários acima dos

**A desvalorização do escudo irá encorajar os emigrantes a investir em Portugal. Sabendo que o nosso dinheiro está mais barato para eles, é evidente que podem multiplicar os investimentos em Portugal.**

15 por cento. E porquê? Porque se o fizéssemos entraríamos numa espiral difícil: desvalorização; inflação; aumento de salários; nova inflação; nova desvalorização, aí estaríamos nós precipitados numa situação muito próxima da que viveu o Chile.

## UM FUTURO MELHOR

«(...) Vamos com rumo certo e vamos para uma situação diferente daquela de onde vimos. Temos um plano a médio prazo que será apresentado à discussão da Assembleia da República, em Maio próximo, como está dito no nosso Programa. Esse plano dá um horizonte a todos os portugueses e dá uma perspectiva de esperança para todos os portugueses. É um plano, a três, quatro anos, um plano que visa transformar este País para os anos 80, de forma a criar em Portugal uma sociedade mais rica, mais igualitária, mais justa, sobretudo

uma sociedade mais livre. É um plano que se integra, perfeitamente, no grande projecto nacional, que é a integração no Mercado Comum, de forma a conseguir, para este País, níveis de vida verdadeiramente europeus.

Contra este projecto têm-se levantado tentativas várias de desestabilização. Rebetam bombas, surgem subitamente declarações preocupantes para os portugueses e, evidentemente, quem lê a nossa Imprensa, aqui e ali, pode duvidar se nós teremos a força, a capacidade e o bom-senso de sair da situação difícil e de fazer encaminhar este país para um horizonte de esperança e para uma sociedade melhor.

Eu, não é por ser optimista, é porque na situação em que me encontro sei perfeitamente aquilo que posso dizer, quero prometer aos portugueses que o futuro, o nosso próximo futuro, será melhor de que o passado, com menos incertezas, com menos angústia, com mais certezas e realidades. O grande combate que todo o mundo tem seguido, e que foi verdadeiramente um combate exemplar, tem sido o nosso combate pela liberdade e pela democracia. Raramente no mundo se viu uma ditadura ser capaz de se adaptar, depois de vencida, à democracia, sem passar um grande período de instabilidade e mesmo de guerra civil.

Nós, hoje, em paz, na tranquilidade, temos uma democracia ins-

**Não somos nós, falando de independência nacional, que aceitamos a teoria da soberania limitada com que se justificou a invasão de um país como a Checoslováquia. Nós prezamos muito a independência nacional e não prescindimos de a defender em todas as circunstâncias.**



tucionalizada. Mas para a manter, para ganharmos o combate em que estamos empenhados, decididamente, precisamos de ganhar, também, o combate pela nossa economia, criar neste País uma situação de estabilidade económica, absorver a maior parte do desemprego, construir uma economia agrícola moderna, competitiva, em termos europeus.

Acabar e executar os grandes projectos industriais que temos em curso, como o plano siderúrgico de Sines, o plano da energia, o aproveitamento integral dos nossos recursos mineiros. Arrancar com um grande plano de modernização da nossa indústria, em termos europeus competitivos, reconstruir e desenvolver a nossa economia marítima, as pescas, as 200 milhas, os portos, a frota comercial, a construção naval. É uma tarefa de reconstrução nacional imensa, e é nessa tarefa que devemos concentrar todas as energias nacionais.

Somos, portugueses, um grande povo. Temos orgulho de sermos um grande povo. Temos de saber construir um futuro digno da nossa História e que garanta, aos nossos filhos, uma vida de prosperidade, de liberdade e de paz, sem aqueles sobressaltos, aquelas dificuldades e angústias que conheceram os homens da minha geração. É para isso que eu os convido, portugueses.»

## AUMENTADAS AS TAXAS DE JURO DOS DEPÓSITOS À ORDEM E A PRAZO

Considerando que «a experiência recolhida recomenda a necessária e urgente clarificação do estatuto jurídico dos depósitos, eliminando os riscos de uma eventual actuação diferenciada das instituições que integram o sistema bancário», um diploma recentemente aprovado pelo Conselho de Ministros e já publicado no «Diário da República», determina que as instituições de crédito, nos depósitos a prazo, podem acordar com os seus depositantes a mobilização antecipada, total ou parcial, das quantias, embora atribuindo-lhes uma taxa de juro inferior à correspondente ao tempo decorrido até ao levantamento.

Os Bancos procederão à emissão de um título nominativo, representativo do depósito a prazo, na data da sua constituição, que não é transmissível por acto «inter vivos».

Entretanto, este tipo de poupanças é objecto de novas taxas de juro, tornadas públicas por avisos emitidos pelo Ministério das Finanças, que podem elevar-se até 13 por cento ao ano. No primeiro, segundo, terceiro e quarto anos de depósito as taxas não podem ser superiores a, respectivamente, 12, 12,25, 12,50 e 12,75 por cento. São

ainda institucionalizados os limites de 5, 7,5, 11 e 12 por cento para os depósitos a prazos superiores a trinta, noventa, cento e oitenta dias e a um ano, respectivamente.

Quanto aos depósitos à ordem regista-se um tratamento diferenciado para a Caixa Geral de Depósitos e estabelecimentos especiais com a taxa de 4 por cento para os depósitos de pessoas individuais até à importância de 70 mil escudos, e a manutenção da taxa de 1 por cento para os depósitos de pessoas individuais. Os depósitos de outras entidades continuam sem abonar qualquer juro, enquanto que os depósitos acima de 70 mil escudos passam a receber 2 por cento de juro ao ano.

O Banco de Portugal determinou, por outro lado, os novos valores das taxas a cobrar pelas operações activas das instituições de crédito: 10,25 por cento nas operações a prazo não superior a 90 dias, 10,75 por cento até cento e oitenta dias, 12 por cento até um ano, 12,75 por cento até dois anos, 13,75 por cento até cinco anos, 14,25 por cento até sete anos e 14,75 por cento a prazo superior a sete anos.

## NORDESTE TRANSMONTANO

# PROJECTOS EM CURSO

Nos fins do mês de Janeiro, uma comitiva de que fazia parte o Primeiro ministro e outros governantes, visitou terras do distrito de Bragança, com o fim de observar e de se inteirar de alguns projectos de desenvolvimento industrial e agro-pecuário. Nessa altura a Secretaria de Estado da Coordenação Económica distribuiu um comunicado em que são descritas sumariamente as acções de desenvolvimento que o Governo vai

financiar, ainda este ano, no Nordeste transmontano. Dado o grande interesse deste projecto, especialmente para aqueles dos nossos leitores que são naturais de Trás-os-Montes, aqui deixamos um resumo desse documento, prometendo voltar ao assunto nos próximos meses.

### INDÚSTRIA

Lançamento da empresa Ferrominas para o aproveitamento do

ferro das minas de Moncorvo (investimento superior a 4 milhões e 200 mil contos), desenvolvimento de várias acções de prospecção de urânio, ouro e de tungsténio (Mogadouro, Valpaços, Mirandela, Jales e Penedono).

### AGRÍCULTURA

Os aproveitamentos hidro-agrícolas do Nordeste representam um investimento total da ordem dos 84 400 contos e distribuem-se pelos empreendimentos seguintes: Aproveitamento hidro-agrícola do Vale da Vilarça: início da construção da barragem de S. Justa e das redes de rega de Burga



e de **S. Justa**. Início do estudo do projecto da Várzea da Vilarça e de outras pequenas barragens. Aproveitamento hidro-agrícola de **Macedo de Cavaleiros** com o início da construção da barragem do **Azibo**.

## SIVICULTURA

Incremento, a ritmo acelerado, das acções a nível florestal, ou seja: acções de arborização na **serra de Bornes** e na de **Mogadouro**, e acções de silvo-pastorícia serrana, à semelhança do que se fez no **baldio de Montesinho**. Uma outra obra se projecta no **baldio de Deilão — Guadarnil**, que engloba arborização, arroteamento de terras, melhoramento ou instalação de pastagens, apoio à floresta privada, defesa contra incêndios e apoio ao cooperativismo florestal.

## PECUÁRIA

Expansão das pastagens e culturas forrageiras e racionalização da cultura do milho; organização da recolha do leite no nordeste, com a instalação de 23 salas de ordenha mecânica; um centro de suinicultura no **Cachão**;

## HABITAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO

Construção de 100 fogos em **Bragança** (Lar Transmontano). Prevê-se ainda a construção de 674 fogos (no valor de mais de 100 mil contos) no distrito de



**Bragança**. Abastecimento de água e redes de esgoto (no valor de 91 mil contos).

## ENERGIA

Início da exploração do **empreendimento hidro-agrícola da Valeira** que produzirá em média por ano, cerca de 800 CWH (8% do total da produção nacional da energia de origem hídrica). Com o **empreendimento do Pocinho**, que entrará em exploração nos fins de 1980, o rio Douro será navegável a montante do Pocinho. Cerca de 40 aldeias de diversos concelhos serão beneficiadas com electrificação.

## TRANSPORTES

Construção da via ferroviária

que liga o **Pocinho** a **Vila Franca das Naves**, numa extensão de 45 km e que se destina a dar escoamento ao minério das minas de Moncorvo. Prevê-se ainda a construção do aeródromo de **Bragança** (16 mil contos).

## EDUCAÇÃO, SEGURANÇA SOCIAL, SAÚDE E TURISMO

Financiamento de 15 mil contos para a Escola do Magistério Primário de **Bragança**. Financiamentos para equipamentos destinados às pessoas idosas, a menores privados de família, a creches e jardins de infância. Financiamentos a aplicar no sector da saúde (9000 contos) e no turismo (na pousada de S. Bartolomeu e na estalagem de Bragança).

**ESTA REVISTA É PARA OS EMIGRANTES.  
DIVULGUE-A ENTRE OS SEUS AMIGOS  
E CAMARADAS DE TRABALHO.  
RECOMENDE A SUA ASSINATURA.**



# COMPLEXO INDUSTRIAL DE SINES

O complexo industrial de Sines, depois de várias hesitações, encontra-se já numa fase adiantada de construção. Se tudo correr conforme as actuais previsões poderá estar completo em 1983.

A sua amplitude e importância torna-se bem patente nos números (valor global de 65 milhões de contos; postos de trabalho criados: 40 mil), e sobretudo pelo que as suas principais unidades fabris representam para as infra-estruturas de base e para o relançamento industrial do nosso país. Eis um resumo das suas unidades fabris mais importantes:

- a refinaria, com capacidade para 10 milhões de toneladas de petróleo, orçamentada em 16 500 milhões de contos;
- a indústria de petroquímica, no valor de 17 milhões de contos;
- o complexo portuário no valor de 10 milhões de contos;
- a siderurgia que ronda os 15 milhões de contos;
- a rede ferroviária que está estimada em 5 milhões de contos.

Muitas outras indústrias ali se irão fixar depois da entrada em laboração da refinaria, que se prevê seja no fim deste ano. Pensa-se que em Junho ou Julho já possa atracar no porto o primeiro navio (de 135 mil toneladas) com petróleo bruto e que no fim do ano os barcos descarreguem combustíveis, até 500 mil toneladas cada um.

É a Petrogal, empresa pública resultante da Petrosul, Sacor, Sonap e Cidla, a entidade encarregada desta obra que custará 16 500 milhões de contos: 4,5 milhões de contos para pagar os encargos com os financiamentos estrangeiros e 12 milhões para o material, custos de engenharia e de mão-de-obra.

Aí se vão produzir propano (180 400 toneladas / butano

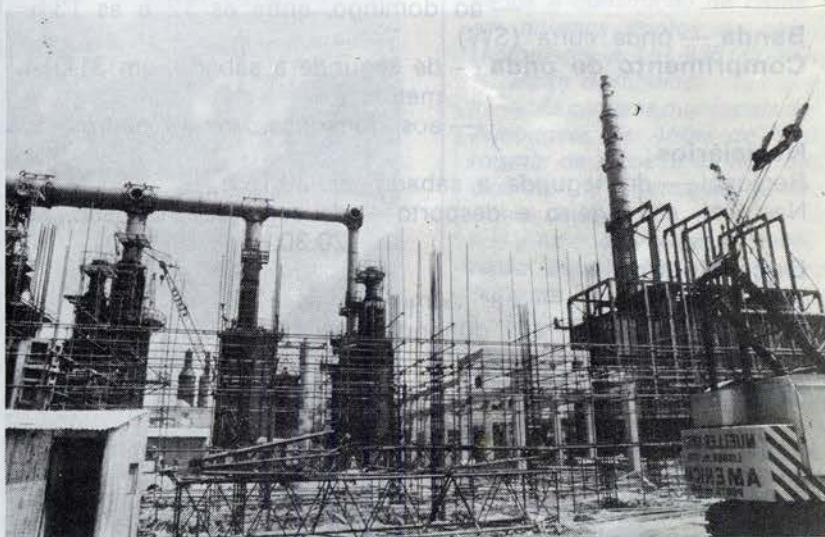


(345 900 toneladas) / isopentano (117 500 toneladas) / gasolina ligeira (118 600 toneladas) / petróleo (688 000 toneladas) / «fuel-gas» (65 000 toneladas) / gásóleo (1 380 700 toneladas) / gasolina de alto índice de octanas (648 000 toneladas) / gasolina pesada (1 300 000 toneladas) / gásóleo pesado (700 000 toneladas) / asfalto (128 500 toneladas).

O terminal portuário foi adjudicado em 1973 a uma firma ita-

liana e o terminal mineral que estará pronto em 1983 ultrapassará os 10 milhões de contos. Neste momento, encontram-se em fase adiantada de construção os 3 primeiros terminais: o que vai até 135 mil toneladas, outro até 350 mil toneladas e um outro até um milhão de toneladas.

Na siderurgia do complexo, com capacidade até 1500 milhões de toneladas, vai ser utilizado o ferro de Moncorvo e as pirites de Aljus-







Vista aérea da refinaria de Sines

## EMISSÕES DE RÁDIO PARA PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO

**Horário de emissão** — de segunda a sábado, das 20 às 21 h.  
— ao domingo, entre as 12 e as 13 h.

**Banda** — onda curta (SW)

**Comprimento de onda** — de segunda a sábado, em 31 014 metros  
— aos domingos, em 49 metros

### Noticiários:

Regional — de segunda a sábado, às 20.15 h.

Nacional, estrangeiro e desporto — de segunda a sábado, às 20.30 h.

### Ouçá ainda:

Revista da semana — aos domingos, às 12.30 h.

Programa infantil — aos domingos, às 12.15 h.

Programa de higiene alimentar — às sextas, às 20.15 h. e um **suplemento** que é o resumo do que se passa no dia-a-dia

Entre as rubricas e os noticiários, transmite-se diariamente música portuguesa, alternada com informações técnicas da S. E. E., e ainda respostas às cartas dos emigrantes.

trél. Encontra-se já em construção uma rede de caminho de ferro para transportar esses materiais e um complexo rodoviário.

Na Petroquímica a base fundamental será uma fábrica de etileno com a capacidade para 35000 toneladas por ano, e que entrará em funcionamento no final de 1977. Haverá ainda fábricas de polietileno, polipropileno, poli-estireno e borracha de estireno-butadieno. O produto final mais importante é o de plástico.

Trabalham actualmente em Sines, no seu conjunto, mais de nove mil operários, em empreitadas que vão desde o saneamento básico e construção de estações de água até à construção de emissários submarinos, com 2400 metros de comprimento, que são colocados a mais de 40 metros de profundidade.

Entretanto, segundo palavras do governador do Banco de Portugal, Silva Lopes, é necessário «reavaliar capazmente o projecto de Sines». Apesar de o relatório de R. Eckaus e L. Taylor feito para a Conferência sobre Economia Portuguesa apontar os erros de previsão e o gigantismo do projecto, o Governo prossegue com o projecto de Sines, pelo menos nas suas unidades essenciais — refinaria, petroquímica e porto — através de dinheiro facultado por intermédio do Banco de Portugal. Além de 1 milhão e 200 mil contos postos à disposição do Gabinete de Sines por um consórcio, criado por recomendação daquele banco, vão ser negociados em Itália, 2 milhões de contos com os bancos que apoiam a Condotta, firma italiana encarregada da construção do porto de Sines. Foram ainda assegurados pela Caixa Geral de Depósitos e pelo Banco de Fomento mais 2 milhões e 100 mil contos que serão aplicados na construção de habitações, de infra-estruturas e no saneamento básico.



# SALÁRIOS MÍNIMOS NACIONAIS

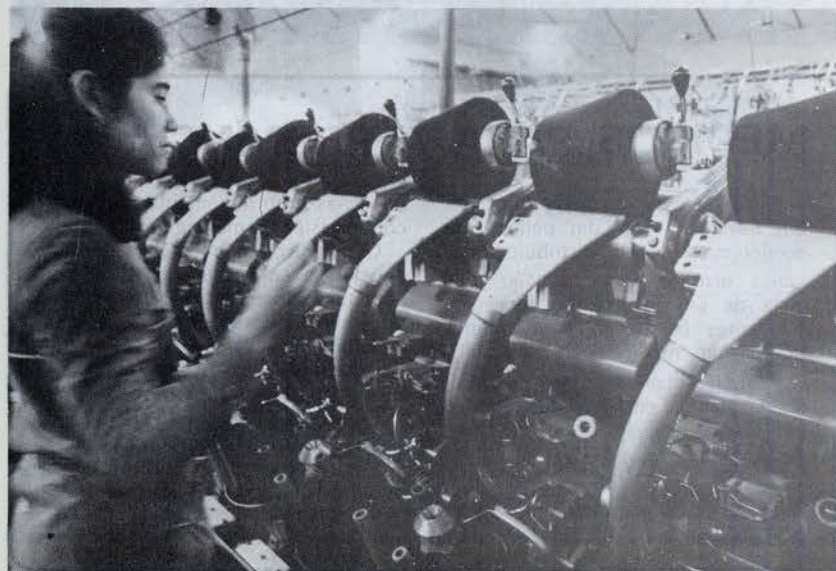
Reunido em conselho, o Governo aprovou o decreto que estabeleceu a nova tabela de salários mínimos nacionais dos trabalhadores portugueses. Assim, a partir de Janeiro deste ano, são garantidas as remunerações mínimas mensais de 3500\$00 a todos os trabalhadores rurais permanentes (os que são pagos ao mês) e um salário mínimo de 4500\$00 por mês a todos os restantes trabalhadores por conta de outrem, à excepção dos trabalhadores do serviço doméstico. Aos trabalhadores com menos de 20 anos é garantida a remuneração mínima mensal igual a 50 por cento dos salários acima referidos, sem prejuízo do princípio estabelecido: «a trabalho igual corresponde salário igual».

Também se estabeleceu a remuneração máxima mensal de 50 mil escudos para qualquer trabalhador ao serviço de qualquer empresa (privada, pública e nacionalizada), e se aprovou uma proposta de lei relativa às remunerações dos presidentes das câmaras municipais e vice-governadores civis.

Entretanto, o Ministério do Trabalho publicou os resultados dum

inquérito relativo a dados do mês de Setembro de 1975, que mantêm a sua actualidade, em razão de terem estado praticamente congelados desde essa data os contratos colectivos de trabalho. Eis alguns números desse inquérito, que não abrange nem a função pública nem a agricultura:

- Salário médio mensal: 6338\$00;
- Salário médio mensal: 5257\$00, nas empresas com menos de 20 trabalhadores;
- Salário médio mensal: 7306\$00, nas empresas com mais de mil trabalhadores;
- Salário médio mensal dos homens: 6826\$00;
- Salário médio mensal das mulheres: 4933\$00;
- Remunerações mais altas: nos bancos, seguros, electricidade e água;
- Remunerações mais baixas: nos têxteis, madeira, cortiça, vestuário e calçado;
- Sector da «produção» e o «não qualificado»: engloba 70 por cento da mão-de-obra;
- Sector «qualificado» e «altamente qualificado»: 30 por cento.



## notícias breves

### NOVO SILO PORTUÁRIO

*Vai ser construído, na margem sul do Tejo, um grande silo com a capacidade de armazenar 120 mil toneladas de cereais. Esta nova estrutura portuária no valor de 400 mil contos e que levará 2 anos e meio a ser concluída, vem resolver o problema de armazenamento portuário de cereais, cuja capacidade actual dá apenas para 10 dias de consumo.*

*O novo silo de Palença terá só por si uma capacidade para 24 dias de consumo nacional de cereais. Prevê-se que em Sines, seja construído outro grande silo portuário, que permita uma reserva estratégica de cereais, de maneira a precaver as flutuações de preços verificadas frequentemente no mercado internacional.*

### SUBSÍDIOS PARA A HABITAÇÃO

*A Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo concede subsídios não reembolsáveis a várias entidades, destinados à construção de casas, em diversos pontos do país. O montante de 151 826 000\$00 foi assim distribuído:*

— As câmaras municipais de Almodovar, de Angra de Heroísmo, da Figueira da Foz, da Guarda, de Portalegre e de Póvoa de Varzim.

— As cooperativas de habitação económica no Fogueiteiro, em Sesimbra e em Lisboa.

— As associações de moradores em Marim, Portimão, Alcácer do Sal, Camarate, Loures, Catujal, Moscavide, Queluz, Laveiras, e Alhandra.

— E ainda: à Caritas Diocesana de Coimbra e ao Centro de Assistência Social de Salvaterra de Magos.



SALARIOS MÍNIMOS  
NACIONAIS

## NOVA REDE DE AUTO-ESTRADAS

Encontra-se já em construção uma nova rede de auto-estradas que, embora atingindo mais proximamente o litoral do País, porque mais industrializado, irá beneficiar as outras regiões do interior. Essencialmente, o plano compreende duas vias em cada sentido, a ligar as duas principais cidades do País — Lisboa e Porto —, prolongando-se para o norte até à zona industrial de Braga e Guimarães e a sul até Setúbal. Um outro ramo ligará, mais tarde, Lisboa a Cascais.

Nesta altura, para além dos troços de Lisboa-Vila Franca e Lisboa-Foqueteiro que estão ao serviço há vários anos, dá-se como certa a abertura ao trânsito, talvez em Maio próximo, dos troços de Vila Franca-Carregado (8 km) e depois o troço de Foqueteiro-Coima (10 km).

Encontram-se também em construção adiantada os seguintes troços: Carregado-Aveiras de Cima (15 km), Carvalhos-S. João da Madeira (18,3 km), Condeixa-Coimbra (14,6 km) e Coima-Setúbal (cerca de 20 km).

Recentemente, a BRISA — concessionária das auto-estradas de Portugal — entregou à OPCA (uma empresa de construção nacionalizada) as obras do lança Carvalhos-Lourosa, numa extensão de 18 km e no valor de mais de 600 milhões. Prevê-se que esta rede de auto-estradas, num total de 410 km, estará concluída em 1985.



## MÉDICOS PARA A PROVÍNCIA

Mais de 620 médicos iniciaram em Fevereiro mais um período de serviço na província, distribuídos por vários distritos numa relação prevista de um médico por dois mil habitantes (a percentagem anterior era de um médico para seis mil).

Para além das vantagens da assistência médica em geral, de que as populações estavam até agora carecidas, espera-se que esta actuação — iniciada em 1975 — venha a trazer progressos no campo da medicina preventiva, na difusão de normas

sanitárias e no incremento de partos com assistência médica.

Os médicos que estão a prestar assistência em Casas do Povo, em hospitais concelhios e distritais, foram enviados para lugares nas regiões de Bragança (42), Braga (31), Viana do Castelo (36), Porto (6), Vila Real (39), Viseu (52), Aveiro (17), Coimbra (11), Guarda (32), Castelo Branco (22), Portalegre (28), Leiria (24), Santarém (60), Lisboa (14), Setúbal (21), Évora (44), Beja (61), Faro (38), Madeira (16) e Açores (30).



## ALIMENTAÇÃO

# IMPORTANTES ESTUDOS COM VISTA À AUTO-SUFICIÊNCIA

O nosso País é altamente deficitário em matérias-primas e produtos alimentares, resultando daí sérios problemas, particularmente no domínio da balança comercial.

Em 1974, as importações de produtos alimentares atingiram os 23 milhões de contos e no ano transacto, esse mesmo défice foi de 25 milhões de contos.

Apesar, porém, de alguns factos positivos (como no caso do trigo em que a importação tem vindo a baixar), é evidente que a situação global no domínio da carência de produtos alimentares é muito grave, justificando que se procurem urgentemente soluções capazes de superar em breve prazo esta situação. Tanto mais que é perfeitamente possível elevarmos substancialmente a produção de certos produtos, nomeadamente, por exemplo, a dos cereais, como demonstrou recentemente um estudo elaborado pelo Centro de Estudos Agronómicos da CUF.

É porém ainda mais urgente que se façam estudos profundos para avaliar quais são as nossas possibilidades na produção de ou-

tros produtos alimentares essenciais tais como o açúcar, a carne, os óleos.

É esta uma questão vital para o país: aproveitar os recursos de que dispomos, seleccionar as culturas em função da qualidade e aptidão dos terrenos e criar as condições favoráveis para que a nossa produção possa vir a abastecer as populações de norte a sul.

O estudo feito pelo Centro de Estudos Agronómicos da CUF para os distritos do Noroeste de Portugal (Braga, Viana do Castelo, Porto) refere nomeadamente que é possível fomentar a produção do milho (responsável por um gasto de divisas da ordem dos 5 milhões de contos por ano). E acrescenta: «três dos quatro distritos do Noroeste têm potencialidades para subir a produção de milho das 200 mil toneladas para 500 mil. Diagnosticadas em termos gerais as causas das baixas produções, procura-se definir uma metodologia que conduza à aplicação dos remédios que permitam o fomento da produção. Há numa primeira fase, que explorar a capa-



Novos processos poderão fazer aumentar as colheitas

## notícias breves

### TÍTULOS FIDES E FIA

*Estão a ser creditados em contas bancárias aos respectivos detentores, muitos deles emigrantes, os juros vencidos pelos títulos FIDES e FIA, entre 14 de Julho de 1976 e 14 de Janeiro de 1977. Calcula-se que o montante desses juros seja de 190 milhares de contos, resultantes do crédito de 10\$10 por cada título FIA e 14\$20 por cada título FIDES. Mas, acrescenta-se, apenas são liquidados os juros correspondentes aos títulos depositados em instituições bancárias.*

### VALE DO MONDEGO

*Foram muito grandes os prejuízos causados pela inundação, no mês passado, na agricultura do Baixo Mondego, sobretudo na cultura do arroz que ocupa um lugar dos mais importantes na região e também nas culturas do milho e do feijão. Para atenuar esses prejuízos calculados em cerca de 100 mil contos, o Governo concedeu um subsídio de 50 mil contos.*

*Os agricultores da região, reunidos para tentar estabelecer a maneira de distribuir das indemnizações, enviaram ao Presidente da República e ao ministro da Agricultura e Pescas, uma moção que defendem o seguinte: deve dar-se prioridade aos pequenos e médios agricultores, e, nas searas, às do arroz, do milho e do feijão. Pedem também que as indemnizações sejam atribuídas em função do rendimento médio dos três últimos anos e que a sua distribuição seja estudada em conjunto com as organizações da lavoura (cooperativas e ligas de agricultores).*



cidade das variedades regionais pela prática de melhores fertilizações minerais, abrindo caminho à posterior correcção da acidez dos solos e à introdução de milhos híbridos mais produtivos. Há que fazer, desde já, inquéritos às condições em que se processa a produção de milho e instalar campos de demonstração das práticas culturais com impacto positivo na produtividade da cultura».

Os distritos de Braga, Viana do Castelo e Porto produzem cerca de 200 mil toneladas de milho com o valor de um milhão de contos. Esta produção é obtida em 120 mil hectares com a produtividade média de 1700 kg/ha.

Mas, estas produções ficam muito aquém do que se poderá obter



## 25 de Abril

### ASSINATURAS

- Todos os documentos (cheques, ordens de pagamento, vales do correio, etc.) para pagamento da assinatura da Revista, devem ser dirigidos a **Secretaria de Estado da Emigração**.
- Tratando-se de renovação da assinatura, informe, sempre que possível, desde quando é assinante e qual o primeiro número que recebeu.
- Caso mude de residência, comunique-nos o mais rapidamente possível.

na região, facto que resulta de as terras serem pobres porque muito ácidas (50%), muito carecidas de fósforo e pouco providas de potássio. Outras causas são a fraca adubação que ainda por cima não ajuda a corrigir a acidez das terras e por fim o pouco uso que se faz de sementes melhoradas, os milhos híbridos, etc.

Isto tudo foi confirmado por algumas experiências já realizadas no Noroeste pelo Centro da CUF, as quais deram bons resultados e demonstraram que a curto ou médio prazo é possível atingir boas médias de produção. O Noroeste poderá produzir a médio prazo 500 mil toneladas de milho valendo 2,5 milhões de contos, o que se traduzirá numa significativa economia de divisas.

### ALGUMAS EXPERIÊNCIAS

Em quatro freguesias dos concelhos de Braga e Barcelos foram

estabelecidos em 1975 alguns ensaios simples de adubação e correcção do solo, em campos de milho de cinco lavradores, com a finalidade de os seus resultados servirem de base a acções de divulgação local. Em resumo, depois dessas experiências, tiraram-se as seguintes conclusões:

- podem melhorar-se as produções e os rendimentos dos milhos regionais com melhores adubações;
- os milhos híbridos devem ser de introdução posterior à melhoria do solo (correcção e adubação);
- a calagem deve ser restringida aos solos mais ácidos, sobretudo quando os níveis de produção são baixos. Também não se deve fazer em terras mal drenadas (encharcadas);
- a calagem deve ser estimulada por subsídios e créditos (com um prazo de 2/3 anos).



Em terras mais ricas em fósforo e com boas adubações azotadas os milhos tiveram altas produções.

## FOMENTAR A CULTURA DO MILHO

Para levar a bom termo as acções de fomento da cultura do milho e a médio prazo possamos ter elevadas produções unitárias, há que contar com o seguinte:

A grande produção (90 %) provém actualmente das regiões a norte do Tejo, contribuindo só o Noroeste com mais de 50 %, não sendo por outro lado fácil de alterar esta situação.

As produções são baixas porque se aduba mal, não se corrige a acidez das terras e se usam sementes pouco produtivas.

É necessário corrigir a acidez das terras dos três distritos mais setentrionais do Noroeste com a

aplicação anual de quantidades de calcários da ordem das 100 mil toneladas, o que levará alguns anos. Para acções em larga escala neste domínio, haverá que, em primeiro lugar, organizar a produção, a rede de transportes e distribuição, atribuir subsídios de aplicação de calcários e fornecer créditos amortizáveis em 2/3 anos.

Não podemos, de imediato, alargar substancialmente a superfície de milhos híbridos; é tarefa que levará vários anos a realizar-se, pois implica a produção de volumes muito maiores que os actuais de sementes de qualidade e bem adaptadas aos condicionamentos das explorações nortenhas. Interessa por conseguinte aproveitar melhor a capacidade produtiva dos milhos regionais que actualmente ocupam na ordem dos 80 % ou mais da superfície cultivada, capacidade essa que está longe de ser bem aproveitada.

## NOVOS FILMES PORTUGUESES

O Instituto Português de Cinema divulgou os números e os nomes dos filmes portugueses produzidos em 1976, alguns dos quais se encontram ainda em fase laboratorial.

Assim, pela CINEMATECA foram produzidos os filmes: «O MEU NOME É...» de Fernando Matos da Silva e «ANTES A MORTE QUE TAL SORTE», de João Matos Silva.

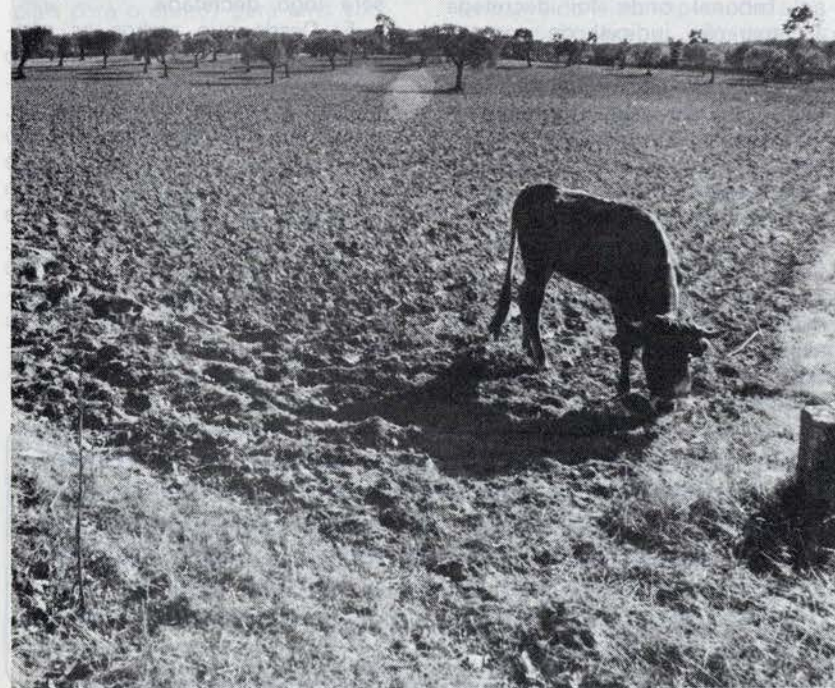
O CENTRO PORTUGUÊS DE CINEMA produziu «ANTES DO ADEUS», uma realização de Rogério Ceitil.

A CINEQUANON produziu os filmes «HORAS DE MARIA», de António de Macedo e «CONFEDERAÇÃO», de Luís Galvão Teles.

As restantes produções são: «S...», de António Faria; «Zambujal», de Luís Couto; «Continuar a Viver», de Cunha Teles; «Nós Por Cá Todos Bem», de Fernando Lopes e ainda os filmes «Recompensa», de Artur Duarte, «O Beijo da Vida», de Teixeira da Fonseca e «Cântico Final», de Manuel Guimarães.

## BARRAGEM DO DEGEBE

Foi adjudicada, por quase 55 mil contos, a empreitada de construção da barragem do Monte Novo, no rio Degebe, que fica a 15 km de Évora e se destina a garantir o abastecimento de água àquela cidade alentejana e a outras localidades da região. Até estar concluída, no outono de 1978, a população continuará a contar com as reservas da barragem do Divor e com a água armazenada no açude provisório do Degebe.





tome nota ...

## O DIVÓRCIO NA ACTUAL LEI PORTUGUESA

**As leis portuguesas do divórcio sofreram importantes modificações nos últimos tempos. Dado que há muitos emigrantes portugueses residentes no estrangeiro com interesse em regularizar a sua situação, apontam-se, seguidamente, os aspectos mais importantes do actual regime legal sobre o assunto.**

1. As alterações introduzidas na lei orientaram-se no sentido da simplificação das formalidades para obter o divórcio, dando possibilidades a muitas pessoas de refazerem a sua vida e acabarem com situações irregulares geradoras de infelicidade, designadamente no que respeitava aos filhos nascidos de casais impedidos de normalizar a sua situação pelo casamento. Claro que, com estas medidas, o Governo Português não teve em vista fomentar ou aconselhar os divórcios, antes pelo contrário, entende-se que seria desejável a estabilidade no seio familiar. Simplesmente, em face de situações de rotura irremediável, é preferível encarar a questão com realismo e permitir que os casais desavindos possam adoptar as medidas adequadas às circunstâncias.

2. A medida mais importante foi, evidentemente, a de permitir o divórcio às pessoas casadas pela Igreja. Até agora, apenas podiam requerer a separação judicial de pessoas e bens, não se podendo voltar a casar. Ora, todos os que se encontram nesta situação, bastar-lhes-á requerer a conversão da separação judicial de pessoas e bens em divórcio.

3. Por outro lado, passou a ser permitido o divórcio *por mútuo consentimento* (isto é, aquele em que o marido e mulher estão de

acordo em requerer o divórcio). Anteriormente o divórcio só podia obter-se pela conversão da separação judicial de pessoas e bens ou pelo divórcio litigioso (desde que não se tratasse de casamento pela Igreja, pois neste caso não havia divórcio).

4. Para aqueles que se encontram na situação de separados judicialmente de pessoas e bens é muito simples obter a conversão em divórcio. Basta que dirijam ao Tribunal onde foi decretada a separação judicial de pessoas e bens um requerimento — cujo formulário se encontra até, em regra, afixado nos Tribunais — assinado pelo marido e mulher, com as assinaturas reconhecidas por notário. Não é preciso constituir Advogado. Depois de pagas as custas judiciais — que importam em cerca de 1200\$00 — a sentença de divórcio é decretada sem mais formalidades. Quer dizer: nem sequer é necessário que o marido ou a mulher compareçam no Tribunal.

No caso de um dos cônjuges separados pretender a conversão da separação em divórcio e desconhecer o paradeiro do outro cônjuge, deverá na mesma fazer o requerimento. O outro cônjuge será notificado por edital e, se não houver oposição dentro de 15 dias, é logo decretada a sentença do divórcio. Na hipótese de um dos cônjuges se recusar a assinar o requerimento, a parte que pretende o divórcio deverá requerê-lo na mesma forma, após o que o outro cônjuge será notificado para se opor. Como a oposição só pode fundamentar-se na reconciliação dos cônjuges, desde que tal não se verifique a sentença será logo decretada.

5. Desde que ambos os cônjuges estejam de acordo, o *divórcio por mútuo consentimento* é bastante simples de obter. Todavia, só podem requerer este divórcio os cônjuges casados há mais de dois anos e que hajam completado 25 anos de idade. Desde que estas duas condições se verifiquem, o requerimento para o divórcio por mútuo consentimento será assinado por ambos os cônjuges ou pelos seus procuradores e instruído com os seguintes documentos:

**No caso de um dos cônjuges separados pretender a conversão da separação em divórcio e desconhecer o paradeiro do outro cônjuge, deverá na mesma fazer o requerimento. O outro cônjuge será notificado por edital e, se não houver oposição dentro de 15 dias, é logo decretada a sentença do divórcio.**



a) Certidão de narrativa completa do registo de casamento;

b) Certidão de nascimento dos cônjuges;

c) Relação especificada dos bens comuns, com indicação dos respectivos valores;

d) Acordo que hajam celebrado sobre o exercício do poder paternal relativamente aos filhos menores, se os houver;

e) Acordo sobre a prestação de alimentos ao cônjuge que careça deles;

f) Certidão de convenção antenupcial e do seu registo, se os houver;

g) Acordo sobre a atribuição do direito ao arrendamento.

Notem-se dois aspectos importantes no divórcio por mútuo consentimento:

1.º — Não é obrigatória a constituição de Advogado;

2.º — Não é preciso apresentar quaisquer fundamentos para o divórcio.

Após a recepção do requerimento, o Tribunal convocará os cônjuges (ou os seus procuradores, munidos de poderes especiais para o efeito) para uma conferência, após o que será decretado o divórcio provisório. Três meses depois, os cônjuges serão convocados para nova conferência e, se mantiverem a sua vontade de se divorciarem, será decretado o divórcio definitivo.

6. E que acontece quando um dos cônjuges se quer divorciar e o outro se recusa? Só há um caminho a seguir: o divórcio litigioso. Para tal, é necessário que o cônjuge que pretende divorciar-se possa apresentar e *provar em Tribunal* uma das seguintes razões para o divórcio:

a) Adultério do outro cônjuge;

b) Práticas anticoncepcionais ou de aberração sexual exercidas contra a vontade do requerente;

c) Condenação definitiva do outro cônjuge, por crime doloso, em pena de prisão superior a dois anos, seja qual for a natureza desta;

**No divórcio litigioso é obrigatória a constituição de advogado. Por outro lado, este divórcio poderá ser requerido pelos cônjuges com qualquer idade e tempo de casamento, quer dizer, não há os limites mínimos de 25 anos de idade e 2 anos de casamento, como no divórcio por mútuo consentimento.**

d) Condenação definitiva pelo crime de lenocínio praticado contra descendente ou irmã do requerente, ou por homicídio doloso, ainda que não consumado, contra o requerente ou qualquer parente deste na linha recta ou até ao 3.º grau da linha colateral;

e) Vida e costumes desonrosos do outro cônjuge;

f) Abandono completo do lar conjugal por parte do outro cônjuge por tempo superior a três anos;

g) O decaimento em acção de divórcio ou separação na qual tenham sido feitas imputações ofensivas da honra e dignidade do outro cônjuge;

h) A separação de facto por seis anos consecutivos;

i) Qualquer outro facto que ofenda gravemente a integridade física ou moral do requerente.

Note-se que, no divórcio litigioso, é obrigatória a constituição de Advogado. Por outro lado, este divórcio poderá ser requerido pelos cônjuges com qualquer idade e tempo de casamento, quer dizer, não há os limites mínimos de 25 anos de idade e 2 anos de casamento como no divórcio por mútuo consentimento.

Dentre os motivos para requerer o divórcio acima enunciados, chamamos especialmente a atenção para a alínea h) — a separação de facto por seis anos consecutivos — por ser uma das mais importantes alterações introduzidas na lei do divórcio. Com efeito, anteriormente

a simples separação de facto não constituía motivo para requerer o divórcio, mesmo que essa separação já durasse há dezenas de anos e nenhum dos cônjuges desejasse restabelecer a vida em comum. Depois, pelo decreto-lei n.º 261/75, de 27-5-75, passou a ser fundamento do divórcio «a separação de facto livremente consentida, por cinco anos consecutivos». Simplesmente, a necessidade de provar em Tribunal que a separação fora «livremente consentida» levantou inúmeras dificuldades de ordem prática, pelo que o decreto-lei n.º 561/76, de 17-7-76, veio abolir essa exigência.

Portanto, presentemente basta provar que a separação de facto já dura há mais de seis anos consecutivos, presumindo a lei — até prova em contrário — que o outro cônjuge, ainda que não tivesse consentido livremente na separação, acabou por se conformar e aceitar essa situação.

**Espera-se que a presente nota possa ser útil aos portugueses que, por residirem no estrangeiro, não têm facilidades de estar ao corrente de todas as leis portuguesas que lhes interessam — neste caso as alterações à lei do divórcio. Entretanto, os serviços de consulta jurídica da Secretaria de Estado da Emigração ficam à disposição dos nossos emigrantes para os aconselharem acerca dos casos concretos que lhes sejam apresentados, quer por escrito, quer pessoalmente.**



# ELEIÇÕES PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS

Tal como temos vindo a anunciar, publicamos neste número os resultados finais das Eleições para as Autarquias Locais, realizadas em Dezembro passado. A demora na publicação destes resultados justificamo-la por diversas razões de ordem técnica, às quais somos, contudo, alheios: dado que em algumas localidades do País houve necessidade de repetir o acto eleitoral em virtude de se terem registado irregularidades nas primeiras eleições, somente em princípios de Fevereiro foi possível dispor de dados correctos.

Mesmo assim, em cerca de 800 freguesias o acto eleitoral ainda não está completo. Trata-se de freguesias com menos de 300 eleitores, que por essa razão terão a respectiva Assembleia substituída pelo plenário de cidadãos da freguesia.

Com as eleições para as Autarquias Locais fica pois concluído o ciclo de actos eleitorais que conferem a Portugal o estatuto de País essencialmente

democrático, com representantes do Povo, eleitos pelo Povo, nas diversas estruturas do Poder.

Entretanto, a Assembleia da República discutirá em breve a importante legislação que vai passar a definir as competências e atribuições das autarquias locais. O projecto de lei, que revoga nada menos de 190 artigos do actual Código Administrativo e altera diversos outros, reconhece no seu preâmbulo que se exige a urgente reformulação do regime jurídico das finanças locais, «agravado com o aumento da tributação indirecta e com a baixa cobrança das contribuições directas do Estado».

Pensa-se que com a nova legislação, os poderes dos presidentes das juntas de freguesia e das câmaras municipais saiam consideravelmente reforçados, de forma a dar maior coesão e eficácia aos aspectos executivos de toda a actividade municipal.



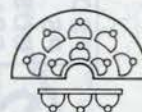
# RESULTADOS

## CÂMARAS MUNICIPAIS



PARTIDOS	PS	PSD	CDS	FEPU	GDUPs	PPM
Votos ... ..	1 386 362	1 012 351	692 869	737 586	104 629	7507
% ... ..	33,24	24,27	16,61	17,69	2,51	0,18
Presidências ...	115	115	36	37	—	1
Vereadores ...	576	508	281	230	5	3
% Mandatos ...	36,3	32,7	16,6	14,0	0,3	0,2
N.º Câmaras c/ maioria absoluta	61	77	14	33	—	—

## ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS



PARTIDOS	PS	PSD	CDS	FEPU	GDUPs	PPM
N.º Concelhos c/ maioria ... ..	86	100	31	31	—	—
N.º Concelhos c/ maioria absoluta	26	58	15	21	—	—
Mandatos ... ..	1614	1604	1017	638	40	3
% ... ..	32,83	32,62	20,68	12,97	0,81	0,06

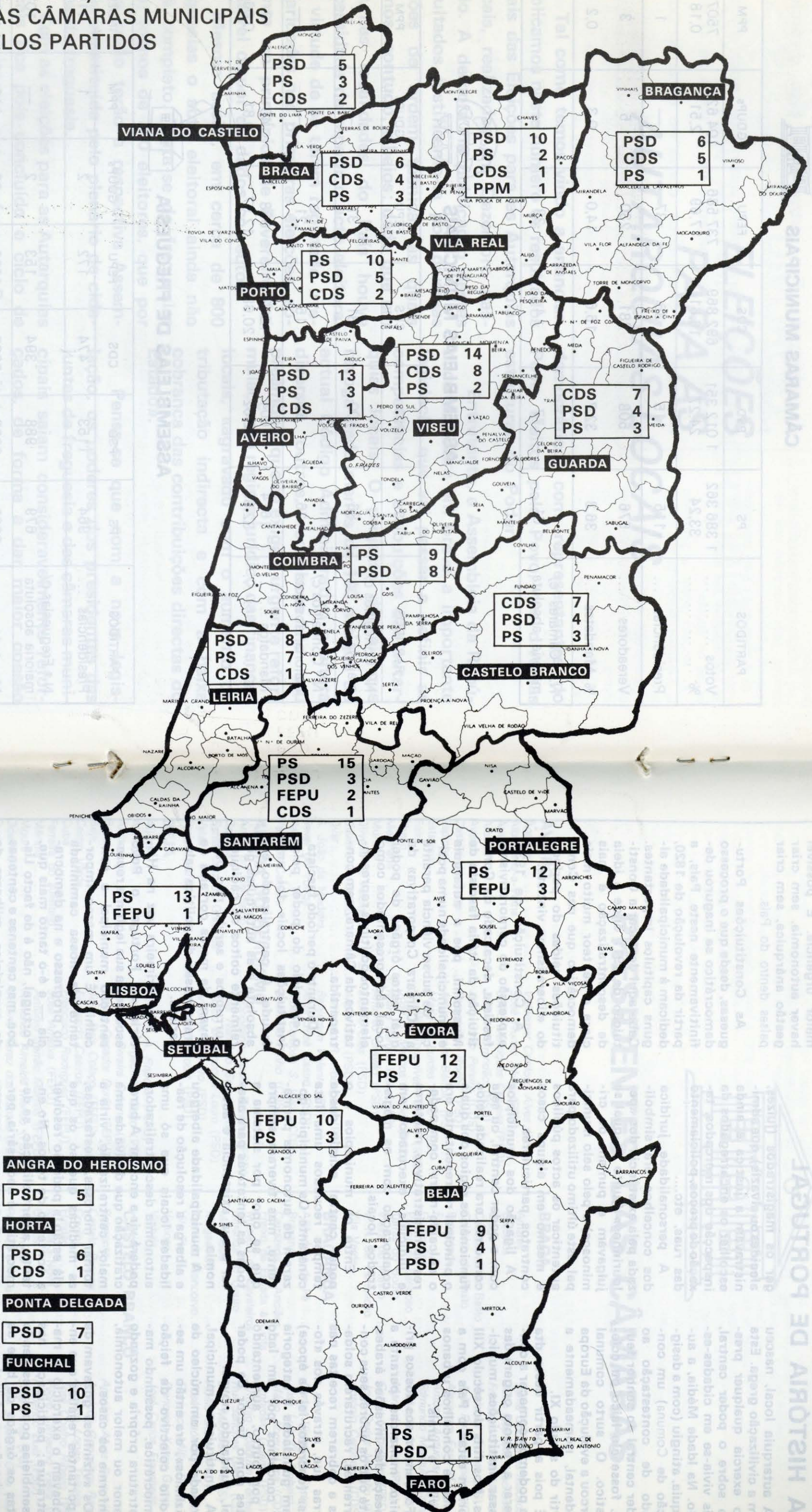
## ASSEMBLEIAS DE FREGUESIA



PARTIDOS	PS	PSD	CDS	FEPU	GDUPs	PPM	INDEP.
Presidências ...	964	1153	474	172	2	1	116
N.º Freguesias c/ maioria absoluta	679	988	394	153	2	—	101
Mandatos ... ..	8305	9027	5087	2295	98	10	1217
% ... ..	31,86	34,64	19,52	8,80	0,37	0,03	4,67



# DISTRIBUIÇÃO DAS PRESIDÊNCIAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS PELOS PARTIDOS





## AS AUTARQUIAS LOCAIS NA HISTÓRIA DE PORTUGAL

A autarquia local, nasceu com a civilização grega. Esta não exercia qualquer pressão sobre o poder central, pois vivia-se em cidades-estado. Na Idade Média, a autarquia, atingiu (com a designação de Comuna) um conteúdo de contestação ao poder central do senhor feudal, fosse ele laico ou eclesiástico. O surto comunal marcou a evolução da Europa ocidental, nomeadamente a partir do século XI.

É pois a partir desta data que podemos começar a considerar a remota origem das nossas instituições municipais. Nos fins do século XIII cobriam estas o País com a forma de concelhos urbanos (as vilas) e rurais.

Foi comum aos nossos primeiros monarcas, perante a ameaça das invasões árabes, e até outros nobres seus concorrentes, recrutarem soldados e cobrarem receitas nas terras que, através dos «forais» (decretos-lei da época) eram guindadas à categoria de concelhos por um lado e, por outro, aumentando estes como factor de poder real, fundando novos.

A instituição municipal, formada por um núcleo de «vizinhos», era então um senhorio colectivo de feição democrática, possuindo magistratura própria e gozando menor ou maior autonomia, conforme os casos.

Os «vizinhos» gozavam de importantes regalias que englobavam o exercício da magistratura; participação nas assembleias populares, sendo estas os órgãos de base da organização municipal, competindo-lhes julgar os pleitos, promulgar posturas, ele-

ger os magistrados (juizes, alcaides ou alvazis), que administravam a justiça e ainda escolher os encarregados da inspecção dos mercados, taxação de preços, policiamento das ruas, etc....

A personalidade jurídica dos concelhos era simbolizada pela existência dos «pelourinhos» (junto ao qual se julgavam e puniam os criminosos) e pelo selo municipal, este último utilizado para autenticar os actos públicos e mesmo em alguns casos contratos particulares.

A ligação dos municípios com o poder central, ou seja com o rei, era realizada pelos funcionários régios dos quais o principal representante era o «Alcaide-mor», com poderes administrativos, militares e judiciais, executados em colaboração com os magistrados locais.

Entre os municípios e o poder central existiu desde tempos recuados uma luta constante. Os municípios gozaram de autonomia permanente, mas tiveram sempre que se opor por sistema a todas as tentativas para abafar a sua existência e autonomia.

A municipalidade albergou e alberga a resolução de realidades locais que só uma autonomia descentralizadora poderá vir a encetar. A burocratização que deriva de uma maior centralização, viria a tornar morosas, desfazadas, as medidas que só os que «lá estão!» poderão resolver a contento de todos. No entanto, a centralização, se democrática, é necessária, porque racional numa perspectiva nacional, por prioridades que tenham em conta um

Povo no seu conjunto territorial, por necessidades de maior urgência. É possível haver autonomia, sem criar gestão anárquica, sem criar países dentro do País.

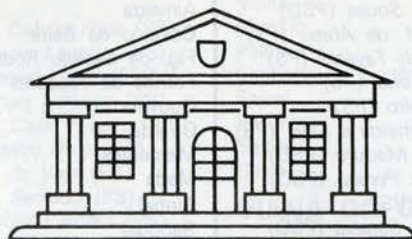
As Constituições Portuguesas, desde que o processo democrático se inaugurou definitivamente neste País, a partir da revolução de 1820, dedicam à municipalidade alguns capítulos importantes. Cabe aqui destacar a Constituição de 1911 onde a ideia de descentralização é mais clara e de teor muito mais democrático que nas Constituições saídas do período do «liberalismo» vintista.

A Constituição de 1933, expressão do corporativismo fascista, decalcado da Constituição da Itália fascista de Mussolini, põe a autarquia e a municipalidade numa posição de subserviência perante a «Câmara Corporativa» da qual estes órgãos de poder local são apresentados como elementos políticos representativos da Câmara, sem contrapartida.

Durante o período fascista, o exercício do poder pelas instituições locais foi uma fraude. A centralização era absoluta e as autarquias, geralmente coitadas de caciques corruptos e servís, não passavam de meras correias de transmissão da política salazarista.

Pela primeira vez na História de Portugal o Povo escolheu a sua legítima representação municipal e concelhia. É um marco importante da nossa caminhada no progresso e na democracia — e é-o tanto mais que, Portugal, não é de facto Lisboa, mas centenas e centenas de municípios, milhares de freguesias, e a isto se chama também uma Pátria!





# PRESIDENTES DAS CÂMARAS

## AVEIRO

Águeda .....	Valdemar Cardoso Alves (PSD)
Albergaria-a-Velha .....	José Nunes Alves (PSD)
Anadia .....	Silvio Henriques Cerveira (PSD)
Arouca .....	Zeferino Brandão (PSD)
Aveiro .....	José Girão Pereira (CDS)
Castelo de Paiva .....	Fernandino Rocha (PSD)
Espinho .....	Artur Pereira Bártoło (PS)
Estarreja .....	Maria de Lurdes Abreu (PSD)
Feira .....	Aurélio Gonçalves Pinheiro (PSD)
Ílhavo .....	José S. Marcos Simões (PSD)
Mealhada .....	Maria Santos Isabel (PS)
Murtosa .....	António Gravão (PSD)
Oliveira de Azeméis .....	Licínio Dias (PSD)
Oliveira do Bairro .....	Alípio Sol (PSD)
Ovar .....	Fernando R. Rodrigues (PSD)
S. João da Madeira .....	Benjamim Valente (PS)
Sever do Vouga .....	Artur José Castro (PSD)
Vagos .....	Alda Cardoso S. Vítor (CDS)
Vale de Cambra .....	Bernardo Pinho (CDS)

## ANGRA DO HEROÍSMO

Angra do Heroísmo .....	Leopoldino Rocha Tavares (PSD)
Calheta .....	Luís Nemésio Serpa (PSD)
Santa Cruz da Graciosa .....	Guido Bettencourt Louro (PSD)
Velas .....	António Loureiro (PSD)
Praia da Vitória .....	Luís Bettencourt (PSD)

## BEJA

Aljustrel .....	António A. Raposo (FEPU)
Almodôvar .....	Carlos Morgadinho Gago (PS)
Alvito .....	Joaquim Pereira Cabanas (PS)
Barrancos .....	Carlos Caçador Durão (FEPU)
Beja .....	José Reis Colaço (FEPU)
Castro Verde .....	Fernando Caeiros (FEPU)
Cuba .....	Francisco Rodrigues (FEPU)
Ferreira do Alentejo .....	José Ameixa (FEPU)
Mértola .....	António Serrão Martins (FEPU)
Moura .....	Armado Almeida Manso (PS)
Odemira .....	Justino Abreu dos Santos (FEPU)
Ourique .....	Ramiro Vilhena (PSD)
Serpa .....	Satiro Costa Louzeiro (FEPU)
Vidigueira .....	Manuel Trindade Reis (PS)

## BRAGA

Amares .....	Tomé Gonçalves Macedo (CDS)
Barcelos .....	João Baptista Machado (PSD)
Braga .....	Francisco Soares Machado (PS)
Cabeceiras de Basto .....	Valdemar Gomes (PS)
Celorico de Basto .....	João Pulido Almeida (CDS)
Esposende .....	Alexandre Faria (CDS)
Fafe .....	António Antunes Guimarães (CDS)
Guimarães .....	Edmundo Marques Campos (PS)
Póvoa de Lanhoso .....	Amândio Oliveira (PSD)
Terras do Bouro .....	Manuel Lomba (PSD)
Vieira do Minho .....	Carlos Magalhães (PSD)
V. N. de Famalicão .....	José Carlos Marinho (PSD)
Vila Verde .....	António Cerqueira (CDS)

## BRAGANÇA

Alfândega da Fé .....	Carlos Vieira de Castro (CDS)
Bragança .....	José Luís G. Pinheiro (PSD)
Carraceda de Anciães .....	Mário Abreu Lima (CDS)
Freixo de Espada à Cinta .....	Ambrósio Guerra (PSD)
Macedo de Cavaleiros .....	António Joaquim Ferreira (PSD)
Miranda do Douro .....	Rui Sanches Gama (CDS)
Mirandela .....	Luís Madureira (CDS)
Mogadouro .....	Abílio Costa (PSD)
Torre de Moncorvo .....	José António Marona (PS)
Vila Flor .....	Francisco Miller Guerra (PSD)
Vimioso .....	Francisco Xavier Garcia (PSD)
Vinhais .....	José Carlos Figueiredo (CDS)

## CASTELO BRANCO

Belmonte .....	Anselmo Alves Sousa (PS)
Castelo Branco .....	Armindo Gonçalves Ramos (PS)
Covilhã .....	Augusto Lopes Teixeira (PS)
Fundão .....	José Coelho Ribeiro (PS)
Idanha-a-Nova .....	Pedro Camacho Vieira (PS)
Oleiros .....	Fernando Luís (PSD)
Penamacor .....	José Pinto (PS)
Proença-a-Nova .....	Júlio Sequeira Grilo (CDS)
Sertão .....	Ángelo Patrício Bastos (PSD)
Vila de Rei .....	Hermínio Baptista Santos (PSD)
Vila Velha de Ródão .....	Augusto Pinto Afonso (PS)



## COIMBRA

Arganil .....	<i>Carlos Fernandes Ribeiro</i> (PSD)
Cantanhede .....	<i>Albano Pais de Sousa</i> (PSD)
Coimbra .....	<i>Maria Judite M. de Abreu</i> (PS)
Condeixa-a-Nova .....	<i>Armado Martins Tavares</i> (PS)
Figueira da Foz .....	<i>José Teixeira Leite</i> (PS)
Góis .....	<i>Fernando Carneiro</i> (PS)
Lousã .....	<i>Armado de Almeida e Silva</i> (PS)
Mira .....	<i>Mário Marques Maduro</i> (PSD)
Miranda do Corvo .....	<i>José L. Simões Pereira</i> (PSD)
Montemor-o-Velho .....	<i>Ángelo Leitão</i> (PS)
Oliveira do Hospital .....	<i>António Simões Saraiva</i> (PSD)
Pampilhosa da Serra .....	<i>Fernando A. Gomes da Silva</i> (PS)
Penacova .....	<i>Artur Guedes Coimbra</i> (PS)
Penela .....	<i>José A. G. Coelho Silva</i> (PSD)
Vila Nova de Poiares .....	<i>Jaime Marta Soares</i> (PSD)
Soure .....	<i>Manuel Cordeiro Leal</i> (PS)
Tábua .....	<i>António Barata Portugal</i> (PSD)

## ÉVORA

Alandroal .....	<i>Inácio José Meirinho</i> (FEPU)
Arraiolos .....	<i>Gil Barata Neto</i> (FEPU)
Borba .....	<i>Sérgio Figueiredo Alpalhão</i> (FEPU)
Estremoz .....	<i>António Véstia da Silva</i> (FEPU)
Évora .....	<i>Abílio Dias Fernandes</i> (FEPU)
Montemor-o-Novo .....	<i>Ernesto Ferreira M. Ângelo</i> (FEPU)
Mora .....	<i>José Domingos Chitas</i> (FEPU)
Mourão .....	<i>Pedro Cominho Couto</i> (PS)
Portel .....	<i>João da Costa Marques</i> (FEPU)
Redondo .....	<i>Manuel Roque</i> (FEPU)
Reguengos de Monsaraz .....	<i>Vítor Barão Martelo</i> (PS)
Vendas Novas .....	<i>Alberto Luís Sousa Lopes</i> (FEPU)
Viana do Alentejo .....	<i>Manuel Francisco Aleixo</i> (FEPU)
Vila Viçosa .....	<i>Francisco Carlos Lourinhã</i> (FEPU)

## FARO

Albufeira .....	<i>Xavier Xufre</i> (PS)
Alcoitim .....	<i>Júlio António Rosa</i> (PS)
Aljezur .....	<i>João Gonçalves Silva</i> (PS)
S. Brás de Alportel .....	<i>João Pires da Cruz</i> (PS)
Castro Marim .....	<i>José Guilhermino Anacleto</i> (PS)
Faro .....	<i>Joaquim Lopes Belchior</i> (PS)
Lagoa .....	<i>Abel da Silva Santos</i> (PS)
Lagos .....	<i>José Alberto Baptista</i> (PS)
Loulé .....	<i>António Andrade Sousa</i> (PS)
Monchique .....	<i>José Manuel Furtado</i> (PSD)
Olhão .....	<i>Carlos Alberto F. Viegas</i> (PS)
Portimão .....	<i>Martim Pacheco Garcia</i> (PS)
Silves .....	<i>Rui Hernâni de Moraes</i> (PS)
Tavira .....	<i>João Rocha Prado</i> (PS)
Vila do Bispo .....	<i>José Francisco Boaventura</i> (PS)
V. Real de Santo António .....	<i>António Santos Reis</i> (PS)

## FUNCHAL

Calheta .....	<i>Antero Vasconcelos e Sousa</i> (PSD)
Câmara de Lobos .....	<i>João Silva Dantas</i> (PSD)
Funchal .....	<i>Virgílio G. Pereira</i> (PSD)
Machico .....	<i>Manuel Freitas de Sousa</i> (PSD)
Ponta do Sol .....	<i>José Teixeira Pita</i> (PSD)
Porto Moniz .....	<i>David Canha Jardim</i> (PSD)
Porto Santo .....	<i>José Góis Mendonça</i> (PS)
Ribeira Brava .....	<i>Luís António C. Mendes</i> (PSD)
Santa Cruz .....	<i>Manuel Paulo Gomes Jesus</i> (PSD)
Santana .....	<i>Gabriel P. Esmeraldo</i> (PSD)
S. Vicente .....	<i>Manuel A. P. Nóbrega</i> (PSD)

## GUARDA

Aguiar da Beira .....	<i>António Faria</i> (PSD)
Almeida .....	<i>António Sousa Júnior</i> (CDS)
Elorico da Beira .....	<i>Carlos Faria de Almeida</i> (CDS)
Fig. de Castelo Rodrigo .....	<i>José Pinho Lopes</i> (CDS)
Fornos de Algodres .....	<i>Francisco Almeida Menano</i> (PSD)
Gouveia .....	<i>Allípio Mendes Melo</i> (PS)
Guarda .....	<i>Vítor Cabeço</i> (PS)
Manteigas .....	<i>Homero Lopes Ambrósio</i> (CDS)
Meda .....	<i>Luís Encarnação Figueiredo</i> (CDS)
Pinhel .....	<i>António Luís Fonseca</i> (CDS)
Sabugal .....	<i>João António Lopes</i> (CDS)
Seia .....	<i>Jorge A. Santos Correia</i> (PS)
Trancoso .....	<i>António Almeida</i> (PSD)
V. Nova de Foz Coa .....	<i>José Costa Ferreira</i> (PSD)

## HORTA

Corvo .....	<i>Lino Freitas Braga</i> (PSD)
Horta .....	<i>Fernando Dutra de Sousa</i> (PSD)
Lajes das Flores .....	<i>Manuel Teixeira</i> (PSD)
Lajes do Pico .....	<i>Manuel Urbano Dutra</i> (PSD)
Madalena .....	<i>Manuel Pereira Furtado</i> (PSD)
Santa Cruz das Flores .....	<i>Manuel Martinho Serpa</i> (CDS)
S. Roque do Pico .....	<i>António Simas da Costa</i> (PSD)

## LEIRIA

Alcobaça .....	<i>Miguel Martinho Guerra</i> (PS)
Alvaiázere .....	<i>Filipe Antunes dos Santos</i> (PS)
Ansião .....	<i>Higino Rodrigues Valente</i> (PSD)
Batalha .....	<i>Francisco Santos Coutinho</i> (PSD)
Bombarral .....	<i>José Rosário Guilherme</i> (CDS)
Caldas da Rainha .....	<i>José Luís C. Ribeiro</i> (PSD)
Castanheira de Pêra .....	<i>Júlio Nunes Henriques</i> (PS)
Figueiró dos Vinhos .....	<i>José Simões Abreu</i> (PSD)
Leiria .....	<i>Carlos Pimenta</i> (PSD)
Marinha Grande .....	<i>Artur Neto Barros</i> (PS)
Nazaré .....	<i>Abílio dos Santos Sousa</i> (PS)
Óbidos .....	<i>Frederico Gomes Saramago</i> (PS)
Pedrógão Grande .....	<i>Mário Coelho Fernandes</i> (PSD)
Peniche .....	<i>Jerónimo Barbosa</i> (PS)
Pombal .....	<i>Luís Oliveira Torres</i> (PSD)
Porto de Mós .....	<i>José Augusto Marques</i> (PSD)

## LISBOA

Alenquer .....	<i>Álvaro Gomes Pedro</i> (PS)
Arruda dos Vinhos .....	<i>Jorge Vassalo Oliveira</i> (PS)
Azambuja .....	<i>Amadeu Basto Lima</i> (PS)
Cadaval .....	<i>Rui Nunes Lopes</i> (PS)
Cascais .....	<i>António Gonçalves Ferreira</i> (PS)
Lisboa .....	<i>Aquilino Ribeiro Machado</i> (PS)
Loures .....	<i>Júlio Rico Calado</i> (PS)
Lourinhã .....	<i>José Máximo Costa</i> (PS)
Mafra .....	<i>Manuel Soutelinho</i> (PS)
Oeiras .....	<i>Carlos Alberto A. Neves</i> (PS)
Sintra .....	<i>Júlio Baptista dos Santos</i> (PS)
Sobral de Monte Agraço .....	<i>Pompeu Vinhinha Cardoso</i> (PS)
Torres Vedras .....	<i>Alberto Manuel Avelino</i> (PS)
Vila Franca de Xira .....	<i>José Veríssimo Silva</i> (FEPU)

## PONTA DELGADA

Lagoa .....	<i>José Guerreiro de Almeida</i> (PSD)
Nordeste .....	<i>José A. Rodrigues Melo</i> (PSD)
Ponta Delgada .....	<i>Carlos Medeiros Bettencourt</i> (PSD)
Povoação .....	<i>João Medeiros Ferreira</i> (PSD)
Ribeira Grande .....	<i>Eduardo da Silva Melo</i> (PSD)



Vila Franca do Campo ..... *António Daniel C. Melo* (PSD)  
Vila do Porto ..... *Manuel da Costa Melo* (PSD)

## PORTALEGRE

Alter do Chão ..... *João Manuel Cabrita Pista* (PS)  
Arrouches ..... *Manuel Joaquim Lagarto* (PS)  
Avis ..... *José Luis Correia Silva* (FEPU)  
Campo Maior ..... *Manuel Azinhais Nabeiro* (PS)  
Castelo de Vide ..... *José Vicente Casal Ribeiro* (PS)  
Crato ..... *Francisco Rosado Belo* (PS)  
Elvas ..... *João Franco do Vale* (PS)  
Fronteira ..... *João Oliveira Semedo* (PS)  
Gavião ..... *António Moutinho Rúbio* (PS)  
Marvão ..... *Manuel Pedro da Paz* (PS)  
Monforte ..... *António Falé Canoa* (PS)  
Nisa ..... *António Pires Bento* (PS)  
Ponte de Sor ..... *Alexandre Robalo Cardoso* (FEPU)  
Portalegre ..... *Fernando Silva Soares* (PS)  
Sousel ..... *António Cabeça dos Reis* (FEPU)

## PORTO

Amarante ..... *Amadeu Cerqueira da Silva* (PSD)  
Baião ..... *Abel J. Castro Ribeiro* (PS)  
Felgueiras ..... *José Maria Machado Matos* (PS)  
Gondomar ..... *José Luis Araújo* (PS)  
Lousada ..... *Amílcar Leite Neto* (PSD)  
Maia ..... *Jorge Costa Catarino* (PS)  
Marco de Canaveses ..... *Amadeu Carlos Marramaque* (PSD)  
Matosinhos ..... *Mário Moreira Maia* (PS)  
Paços de Ferreira ..... *Fernando T. Vasconcelos* (PSD)  
Parede ..... *Francisco Ribeiro da Mota* (CDS)  
Penafiel ..... *Mário Rodrigues P. Soares* (PSD)  
Porto ..... *Aureliano Capelo Veloso* (PS)  
Póvoa de Varzim ..... *Manuel João G. Carneiro* (CDS)  
Santo Tirso ..... *Asuil D. Linhares Carneiro* (PS)  
Valongo ..... *João Moreira Dias* (PS)  
Vila do Conde ..... *Fernando Santos Gomes* (PS)  
Vila Nova de Gaia ..... *António C. Santos Fonseca* (PS)

## SANTARÉM

Abrantes ..... *José dos Santos Bioco* (PS)  
Alcanena ..... *Joaquim Pereira* (PS)  
Almeirim ..... *Alfredo Calado* (PS)  
Alpiarça ..... *Joaquim Alcobia Matias* (FEPU)  
Benavente ..... *Daciano Manuel C. Andrade* (PS)  
Cartaxo ..... *Renato Vieira Campos* (PS)  
Chamusca ..... *Francisco Prestes Romão* (PS)  
Constância ..... *Fernando Morgado da Silva* (PS)  
Coruche ..... *Carlos Alberto Gomes* (FEPU)  
Entroncamento ..... *António Pereira Cardoso* (PS)  
Ferreira do Zêzere ..... *António Teixeira Antunes* (PSD)  
Golegã ..... *José Melancia Godinho* (PS)  
Mação ..... *Diamantino Santos Pereira* (PSD)  
Rio Maior ..... *José da Silva Pulquério* (PSD)  
Salvaterra de Magos ..... *Leonardo Ramalho Cardoso* (PS)  
Santarém ..... *Ladislau Teles Botas* (PS)  
Sardoal ..... *Maria Santos Chambel* (PS)  
Tomar ..... *Luís Carlos da Silva Bonet* (PS)  
Torres Novas ..... *Pedro Natal da Luz* (PS)  
V. Nova da Barquinha ..... *Luís António R. Silva Moreira* (PS)  
V. Nova de Ourém ..... *António da Silva Teixeira* (CDS)

## SETÚBAL

Alcácer do Sal ..... *José Cupido* (FEPU)  
Alcochete ..... *Estêvão Rodrigues* (PS)

Almada ..... *José Martins Vieira* (FEPU)  
Barreiro ..... *Helder da Silva Madeira* (FEPU)  
Grândola ..... *António Jesus Mendes* (FEPU)  
Moita ..... *Fernando Madeira* (FEPU)  
Montijo ..... *João Joaquim Jaleco* (PS)  
Palmela ..... *Edgar Fernando Costa* (FEPU)  
Santiago do Cacém ..... *José Raposo Nobre* (FEPU)  
Seixal ..... *Eufrázio Filipe Garcês* (FEPU)  
Sesimbra ..... *Ezequiel Lino* (FEPU)  
Setúbal ..... *Ernesto Joaquim Vitorino* (PS)  
Sines ..... *Francisco Maria Pacheco* (FEPU)

## VIANA DO CASTELO

Arcos de Valdevez ..... *Fernando Freitas* (PSD)  
Caminha ..... *José Joaquim Pita Guerreiro* (PS)  
Melgaço ..... *Carlos Augusto Alves* (PS)  
Monção ..... *Daniel Augusto Domingues* (CDS)  
Paredes de Coura ..... *José de Sousa Guerreiro* (PSD)  
Ponte da Barca ..... *José Maria Rocha Peixoto* (PSD)  
Ponte de Lima ..... *João Abreu Lima* (CDS)  
Valença ..... *Albino Fernando Nogueira* (PS)  
Viana do Castelo ..... *António Alves da Cunha* (PSD)  
Vila Nova de Cerveira ..... *João Lemos da Costa* (PSD)

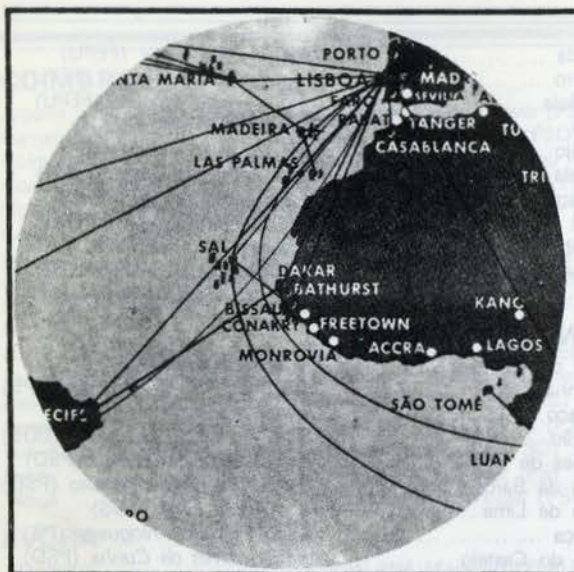
## VILA REAL

Alijó ..... *Manuel Ferreira Monteiro* (PS)  
Botlicas ..... *José Joaquim Fernandes* (PSD)  
Chaves ..... *Nuno Gil Peres* (PSD)  
Mesão-Frio ..... *António Teixeira da Silva* (PSD)  
Mondim de Basto ..... *António Ferreira Brito* (CDS)  
Montalegre ..... *José António Moura* (PSD)  
Murça ..... *Cândido Abel Borges* (PSD)  
Peso da Régua ..... *António Renato Santos* (PS)  
Ribeira de Pena ..... *João A. Pereira* (PPM)  
Sabrosa ..... *João António Seródio* (PSD)  
Santa Marta de Penaguião ..... *Manuel Alves Dias* (PSD)  
Valpaços ..... *José Fernandes* (PSD)  
Vila Pouca de Aguiar ..... *Carlos de Sousa* (PSD)  
Vila Real ..... *Armando Moreira* (PSD)

## VISEU

Armamar ..... *António Santos Monteiro* (PSD)  
Carregal do Sal ..... *Artur Pereira Silva* (PSD)  
Castro Daire ..... *César da Costa Santos* (PSD)  
Cinfães ..... *Manuel Cerveira Pinto* (PS)  
Lamego ..... *António Ferreira* (PSD)  
Mangualde ..... *Manuel Loureiro Santos* (CDS)  
Moimenta da Beira ..... *Manuel F. Pinto* (PSD)  
Mortágua ..... *Bráulio Afonso de Sousa* (PSD)  
Nelas ..... *José Lopes Correia* (PSD)  
Oliveira de Frades ..... *Manuel da Silva Almeida* (PSD)  
Penalva do Castelo ..... *Bernardino Duarte Pereira* (CDS)  
Penedono ..... *José António Pereira* (PSD)  
Resende ..... *Albino Brito Matos* (PSD)  
Santa Comba Dão ..... *Lauro Figueiredo Gonçalves* (PS)  
S. João da Pesqueira ..... *João Nascimento Costa* (CDS)  
S. Pedro do Sul ..... *Carlos Alberto Diogo Tavares* (CDS)  
Sátão ..... *José António S. Moniz* (CDS)  
Sernancelhe ..... *Franklim Silva* (CDS)  
Tabuaço ..... *Boaventura G. Freitas* (PSD)  
Tarouca ..... *Afonso Pires Albuquerque* (PSD)  
Tondela ..... *Martinho Rebelo* (CDS)  
V. Nova de Paiva ..... *Amândio Pires Almeida* (PSD)  
Viseu ..... *Eduardo Leal Loureiro* (CDS)  
Vouzela ..... *Augusto Santos Guimarães* (PSD)





# PORTUGAL E O MUNDO

## RUMO AO MERCADO COMUM

Portugal prossegue na consolidação das vitórias alcançadas ao longo destes quase três anos de experiência democrática. Apesar dos progressos já alcançados em vários sectores da vida nacional, carecemos ainda do desenvolvimento e da força económica que nos permita uma verdadeira integração no contexto europeu e mundial — integração sem a qual corremos o risco de ver totalmente improdutivo o esforço até agora desenvolvido.

Recentemente admitido no Conselho da Europa, a adesão de Portugal ao Mercado Comum será — bem pode dizer-se — a derradeira fase da luta pelo necessário e merecido estatuto de nação democrática europeia, inserida e participante nos grandes problemas do continente e do mundo.

Apesar das reticências de alguns países membros da CEE, o I Governo Constitucional desenvolveu — praticamente desde o início da sua actividade — intensos esforços para conseguir a integração de Portugal na Comunidade. Conhecida a nossa actual situação



*Mário Soares com o primeiro-ministro irlandês, Liam Cosgrave, em Dublin*

económica, vários países têm mostrado reservas à adesão, propondo como alternativa outras formas de participação. Todavia, apesar do fundamento que possam ter tais reservas, tudo indica que apenas uma adesão plena conduzirá ambas as partes interessadas — Portugal e os restantes membros —

ao objectivo comum: o fortalecimento da democracia económica e social na Europa democrática. Nesta perspectiva, aliás, se têm pronunciado políticos estrangeiros e portugueses. Por outro lado, a posição de Portugal é bem conhecida, sendo de salientar as palavras recentes do ministro dos



**Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira:** «A CEE terá que decidir entre ser um clube de ricos ou um grupo aluminador da Europa democrática. A forma de associação pertence aos anos 60, já está ultrapassada. Hoje não queremos ser um membro de segunda, um parente pobre».

Pondo em prática o projecto da integração, Portugal lançou uma ofensiva diplomática de longo alcance, tendo em Fevereiro Mário Soares visitado sucessivamente quatro capitais europeias — Londres, Dublin, Copenhaga e Roma — onde conferenciou com altos responsáveis dos governos respectivos países. A passagem por Roma proporcionaria a Mário Soares avistar-se com o Papa Paulo VI, com quem teve uma longa entrevista.

Durante este mês o primeiro-ministro efectua a segunda etapa da sua visita às capitais dos países membros do Mer-



*O ministro dos Negócios Estrangeiros, dr. Medeiros Ferreira, com o seu homólogo dinamarquês, K. B. Andersen*

cado Comum, ou seja, Paris, Luxemburgo, Bona, Bruxelas e Haia, prevendo-se que em

seguida Portugal formalize o seu pedido de ingresso na Comunidade.

## C.E.E. — O NOSSO MELHOR CLIENTE E FORNECEDOR

Com base em elementos divulgados por uma publicação especializada («Indicadores da Actividade Económica — Comércio Externo»), editado pelo Instituto Nacional de Estatística damos a seguir uma breve panorâmica da situação económica portuguesa no período entre Janeiro e Novembro do ano findo.

No referido período importámos 108 696 milhares de contos (CIF) de mercadorias e vendemos apenas 48 877 milhares de contos (FOB).

A balança comercial portuguesa registou portanto um saldo negativo de 59 819 milhares de contos, tendo a taxa de cobertura atingido 45,0 por cento.

O grupo da CEE constituiu simultaneamente o nosso maior cliente e fornecedor, sendo pois um mercado internacional de notória importância para Portugal.

Com efeito, esta zona comercial forneceu-nos 44 594 milhares

de contos de mercadorias e adquiriu-nos 23 309 milhares de contos de produtos, o que corresponde a 41,0 por cento das importações e a 51,8 por cento das exportações. A taxa de cobertura cifrou-se em 56,8 por cento. Em valor absoluto a balança comercial com a CEE apresentou um saldo negativo de 19 285 milhares de contos.

O Reino Unido, nosso principal cliente, comprou-nos 8994 milhares de contos de produtos, o que equivale a 18,4 por cento de todas as nossas vendas no exterior, seguindo-se a Alemanha (Rep. Federal) com 5310 milhares de contos (10,9 por cento do total) e a França com 4090 milhares de contos (8,4 por cento do total).

No tocante às importações, a Alemanha (Rep. Federal) com 12 674 milhares de contos (11,7 por cento do total) e o Reino Unidos com 10 093 milhares de

contos (9,3 por cento do total) foram os dois principais fornecedores.

A nossa balança comercial com a Alemanha (Rep. Federal) e com o Reino Unido acusou saldos negativos, respectivamente, de 7364 e de 1099 milhares de contos.

A EFTA adquiriu ao nosso país mercadorias no valor de 7852 milhares de contos (16,1 por cento do total das nossas exportações) e, em contrapartida, vendeu-nos 11 948 milhares de contos de produtos (11,0 por cento do total das importações), pelo que se verificou um saldo negativo de 4096 milhares de contos.

Neste agrupamento deve destacar-se o comércio com a Suécia, que nos comprou 3841 milhares de contos de mercadorias (7,9 por cento do total) e nos vendeu 3685 milhares de contos de produtos (3,4 por cento do total). Consistiu-se pois aqui um saldo posi-



tivo de 156 milhares de contos.

Com os países da Europa de economia planificada verificou-se um saldo negativo de 2383 milhares de contos na nossa balança comercial. As nossas vendas ascenderam a 2179 milhares de contos e as compras totalizaram 4562 milhares de contos.

Com a Espanha o nosso comércio cifrou-se em 1029 milhares de contos de vendas (2,1 por cento do total) e 5271 milhares de contos de compras (4,8 por cento do total), donde se deduz um saldo negativo de 4242 milhares de contos.

São de frisar ainda as nossas relações comerciais com os Estados Unidos da América: daqui importámos 9254 milhares de contos de produtos (8,5 por cento do total) e exportámos apenas 3154 milhares de contos de produtos (6,5 por cento do total).

Referem-se também as trocas comerciais com o Médio Oriente: importações no valor de 12 632 milhares de contos (11,6 por cento do total) e exportações de 600 milhares de contos de produtos (1,2 por cento do total), do que resultou um saldo negativo de 12 032 milhares de contos e uma taxa de cobertura de 4,7 por cento.

O comércio especial com os países de expressão portuguesa atingiu 3741 milhares de contos nas importações e 2931 milhares de contos nas exportações. Comparados estes valores com os do período homólogo de 1975, constatam-se decréscimos de cerca de 40 por cento e de 34 por cento, respectivamente nas importações e exportações.

Observando, cada um de per si, o comércio com esses países, verificam-se subidas de cerca de 92

por cento nas importações da República de Cabo Verde e de quase 13 por cento nas exportações para a Guiné-Bissau.

Por outro lado são de destacar as acentuadas descidas no comércio com a República Popular de Angola (64 por cento nas importações e 56 por cento nas exportações) e com Moçambique (37 por cento) e República de Cabo Verde (16 por cento), no que se refere às nossas vendas.

Com o Brasil importa referir que, embora o volume das importações tivesse descido 31 por cento, o das exportações não chegou a subir 2 por cento.

O comércio com os países de expressão portuguesa representou em 1976, apenas cerca de 3 por cento e de 6 por cento, respectivamente do total das importações e exportações.



*Em Roma, Mário Soares é recebido amistosamente pelo Papa Paulo VI*



# DELEGAÇÃO PARLAMENTAR PORTUGUESA NO CONSELHO DA EUROPA

Membro de pleno direito do Conselho da Europa, Portugal participou em Estrasburgo, de 24 a 27 de Janeiro passado, nos trabalhos da 28.ª sessão da Assembleia Parlamentar daquela organização. Além do titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, dr. Medeiros Ferreira, a delegação portuguesa integrava elementos do PS, PSD, CDS e PCP, para o efeito designados pela Assembleia da República.

Pelo Partido Socialista foram designados Salgado Zenha, Jaime Gama e Vítor Constâncio (efectivos), José Luís Nunes e Rodolfo Crespo (suplentes), pelo Partido Social Democrata, Rui Machete e Cunha Leal (efectivos), Sérvulo Correia e Ângelo Correia (suplentes). O CDS escolheu Francisco Lucas Pires como deputado efectivo e Oliveira Dias como suplente, enquanto o PCP designou Carlos Carvalhas (efectivo) e José Manuel Jara (suplente).

A convite do presidente do Conselho da Europa, Carl Czernetz, assistiu também a esta sessão o dr. Vasco da Gama Fernandes, presidente da Assembleia da República.

A presença de Portugal foi bem acolhida por todo o Parlamento, sendo de registar, entre outras, as palavras que o chefe da diplomacia grega dirigiu a Medeiros Ferreira na abertura da reunião do Comité de Ministros dos Negócios Estrangeiros, à qual Dmitrios Bitsios presidiu pela última vez: «Antes de proceder ao exame da ordem do dia, tenho o grande prazer de desejar, em nome do Comité dos Ministros, as boas-vindas ao dr. Medeiros Ferreira, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Estamos todos muito satisfeitos ao vermos sentar-se entre nós o representante do povo português, que soube preservar viva a chama da liberdade e das ideias democráticas, nas quais os nossos



povos se empenham. Felicitamo-nos pois pelo regresso de Portugal à grande família dos povos democráticos do nosso velho continente. E estamos convencidos de que a participação de Portugal no Conselho da Europa dará à nossa Organização um novo valor em direcção à realização dos objectivos que ela se propõe efectuar, e reforçará o ideal de uma Europa unida na fé da supremacia dos direitos do Homem e das instituições democráticas».

Por sua vez, Medeiros Ferreira, em entrevista concedida ao correspondente da Radiodifusão Portuguesa em Estrasburgo, afirmou que «estar no Conselho da Europa é discutir, muitas vezes, problemas que dizem directamente respeito à vida dos portugueses». Aludindo depois à solidariedade expressa pelos altos representantes do Conselho da Europa à entrada de Portugal, Medeiros Ferreira considerou que «há um consenso quanto ao prestígio de Portugal», e que esta situação «tem dado resultados materiais extraordinários».

Como exemplo, o ministro português citou o empréstimo concedido pelo Fundo de Restabelecimento Europeu — cerca de 1 milhão de contos — e destinado à resolução do grave problema gerado pela afluência a Portugal de refugiados das ex-colónias. Tal empréstimo, fez notar Medeiros Ferreira «só foi possível porque Portugal estabeleceu a democracia e está no Conselho da Europa».

Além da presença na reunião do comité de ministros, em que o representante português teve participação activa, designadamente na discussão sobre o papel dos países democráticos na edificação de uma Europa forte e unida, Medeiros Ferreira aproveitou esta estadia para encetar contactos com ministros da CEE, contactos esses que foram fundamentais para os resultados positivos obtidos por Mário Soares na sua digressão por algumas capitais europeias, conforme noticiamos nesta rubrica.

A Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa aprovou também as candidaturas da delegação portuguesa às várias comissões. Salgado Zenha foi eleito vice-presidente da Assembleia.

Nesta reunião, Portugal assinou a «Convenção para a repressão do Terrorismo», tendo embora a delegação portuguesa expressado algumas reservas ao teor do documento, nomeadamente nos pontos em que ele se confronta com o texto da actual Constituição. A posição assumida por Portugal pode sintetizar-se nos seguintes pontos: em primeiro lugar recusa-se a consumir a extradição para qualquer país cuja legislação preveja a pena de morte; em segundo lugar, cumpre-lhe respeitar os artigos da sua própria Constituição, em conformidade com os quais nenhum indivíduo pode ser extraditado por motivos exclusivamente políticos.



## PORTUGAL - ESPANHA

# DA COOPERAÇÃO ENTRE OS DOIS PAÍSES PODERÁ RESULTAR A ABOLIÇÃO DO PASSAPORTE NAS FRONTEIRAS

Realizaram-se em Vigo as II Jornadas das Câmaras de Comércio Luso-Espanholas e Portuguesas, a cujos trabalhos assistiram mais de 120 homens de negócios, técnicos de comércio e indústria de ambos os países.

O estabelecimento de posições comuns face a um eventual ingresso da Espanha e de Portugal no Mercado Comum Europeu, foi um dos temas principais destas jornadas.

Foram ainda abordadas outras questões de grande interesse imediato, nomeadamente a institucionalização de uma comissão luso-espanhola de conservas de peixe, a necessidade de uma revisão urgente do acordo actualmente em vigor entre os dois países sobre transportes internacionais por estrada, bem como a futura realização de negociações para a criação de um organismo peninsular de promoção da cortiça nos mercados mundiais, tendo sido igualmente estudada a eliminação de taxas alfandegárias deste produto.

Um ponto importante deste encontro terá sido também uma antiga aspiração: a abolição do passaporte para portugueses e espanhóis que atravessem as fronteiras. As esperanças são grandes, afirmando a Imprensa de Vigo que talvez esta medida comece a ser adoptada ainda este ano.

Referimos a propósito que o défice comercial de Por-

tugal com a Espanha aumentou. As exportações espanholas para Portugal elevaram-se quase a 6 milhões de pesetas no primeiro semestre do ano transacto, o que representou um aumento de 7,3 por cento em relação a 1975. Por sua vez, as importações espanholas de Portugal totalizaram apenas 1289 milhões de contos, o que reflecte uma baixa de 29 por cento em relação ao último semestre de 1975. A Espanha exportou principalmente automóveis, frigoríficos e peixe,

enquanto Portugal vendeu papel, cartão, pasta de papel e amoníaco líquido.

Entretanto, um grupo de 30 intelectuais portugueses e espanhóis reuniu-se durante três dias em Lisboa, no Centro Nacional de Cultura, para debaterem a evolução político-social na península ibérica. Para além do valor intrínseco das opiniões apresentadas, este encontro permitiu a primeira aproximação real entre a cultura dos dois países, depois da guerra civil espanhola.



*A recente visita ao nosso País do chefe do governo Espanhol, Adolfo Suarez (que vemos na foto à direita de Mário Soares, no decorrer de uma conferência de Imprensa em Lisboa) foi um importante passo em frente para o progresso das relações entre os dois países ibéricos.*





# O EMIGRANTE

# PORTUGUÊS

# NO MUNDO

## SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DOS PORTUGUESES NA ARGENTINA

Defendemos que é urgente e necessária uma profunda investigação sócio-cultural sobre as diferentes comunidades portuguesas emigradas nos cinco continentes do Mundo. Nalguns casos conhecem-se os seus princípios, as particularidades da sua integração na vida local, bem como o contributo que de um modo geral dão à cultura portuguesa.

No entanto, alguns há sobre os quais paira um total desconhecimento — quer por um lado pela distância a que se encontram, quer ainda porque a grande vastidão e complexidade do fenómeno migratório não permitiu ainda a atenção devida a todos os casos.

Este desconhecimento tem sido pretexto para todo o tipo de campanhas anti-patrióticas e, nomeadamente pós-25 de Abril, tais críticas elevam-se por vezes a uma ousadia alarmante. A emigração — com todo o seu corolário de incertezas e injustiças — faz também parte da pesada herança que o passado nos legou, e dela seria injusto culpar os novos responsáveis pela política portuguesa.

Todavia, nada disto, afinal, nos pode servir de pretexto para ignorar situações que em alguns casos correm o risco de se tornarem irremediáveis. Repetimos pois que para ligar os filhos à Pátria, para quebrar o passo a um divórcio de graves consequências para toda a família, devemos dispor de um conhecimento detalhado da vida

das nossas comunidades emigradas, neste ou naquele país, neste ou naquele continente.

Embora lenta e irregularmente, temos vindo a inserir alguns apontamentos sobre a história dos portugueses no estrangeiro. Nem sempre temos sido tão completos quanto desejaríamos, pois a documentação é escassa e o espaço reduzido. No entanto, dentro dos limites possíveis, continuaremos na divulgação dos elementos de que vamos dispondo, desejando que este contributo seja útil não só para o estreitamento dos laços entre os muitos milhares de portugueses espalhados pelo Mundo e a sua Pátria, como para incentivar as próprias comunidades no sentido da colaboração documental, imprescindível para alcançar tais objectivos.

Na continuação de outros trabalhos publicados em números anteriores, falaremos hoje dos portugueses na Argentina, com base em elementos recolhidos no jornal «El Popular», da cidade de Olavarría.

Composta por cerca de 40 000 indivíduos, a comunidade portuguesa na Argentina encontra-se, em grande parte, e menos dispersa, na cidade de Olavarría. Para esta centralização contribuíram não só as possibilidades de trabalho e fixação que a cidade e sua região circunvizinha ofereciam, mas também o trabalho social e cultural realizado por uma associação: a

«Sociedade Portuguesa». Esta Sociedade nasceu pouco tempo após o encerramento de uma outra, o «Clube Português», fundado em meados de 1930.

A iniciativa de alguns elementos da comunidade fez com que no dia 24 de Maio de 1966 se realizasse a sua primeira «assembleia constitutiva», desenvolvendo-se a luta clássica, por vezes cheia de pequenos heroísmos e contributos individuais, para encontrar meios de subsistência e uma rede própria para a associação.

Os primeiros «pesos» com que contou a Sociedade foram os que conseguiram angariar, com grande dificuldade, os 22 membros da primeira Comissão Directiva. Encarregou-se cada membro de fazer uma prospecção no seu respectivo bairro, sobre a existência de terreno disponível para erguer a futura sede social, ou uma casa de fácil e económica compra.

É assim que na Rua «25 de Maio», uma casa se transformou sede social da comunidade. Os encargos da sua compra (segundo se relata, 170 mil pesos para a primeira prestação) foram cobertos por empréstimos concedidos à «Sociedade» pelos seus iniciais membros — empréstimos que posteriormente vieram a transformar-se em donativos. Em poucos meses a adaptação de uma casa de comércio em sede de uma associação estava concluída, graças ao esforço colectivista de algumas



dezenas de portugueses que, roubando horas ao seu merecido descanso, ergueram paredes, construíram salas, refizeram interiores, etc.

Uma das primeiras preocupações, foi a conclusão de uma sala de aula para o ensino do português às crianças. Esta «escola», iniciada pelo professor Ramos Pereira, conta actualmente com cerca de 16 alunos.

Mas as suas actividades no campo cultural, desenvolveram-se mais nestes últimos anos. O grupo folclórico encontra-se em fase de organização, uma biblioteca com cerca de cem volumes de autores portugueses, prepara-se, através de contactos com a Embaixada de Portugal em Buenos Aires, para ver o seu recheio substancialmente enriquecido.

Por último deve destacar-se que o salão nobre da «Sociedade» desempenha importante papel em inúmeras festas familiares, em reuniões sociais, dentre as quais se destaca em cada ano a tradicional «Semana de Portugal».

Os dez anos de vida desta Associação da comunidade portuguesa residente em Olavarría são a expressão do colectivismo própria dos emigrantes portugueses.

A emigração portuguesa para a Argentina teve o seu maior incremento por volta de 1911, sendo o maior surto em 1921, como consequência de um acordo celebrado entre os dois países por esta data. Mais tarde, em 1930, veio a sofrer uma paragem repentina, fruto da crise económica existente neste país da América do Sul. Até 1935 a emigração para o país praticamente não voltou a reabrir. No entanto, o processo encetado para demandar esta nação sul-americana, foi sempre o da usual «carta de chamada»: consistia o processo no pedido que algum familiar emigrado no país fazia por carta a outro residente em Portugal, responsabilizando-se pelo seu alojamento e emprego.

Esta comunidade, sobretudo a situada na região de Olavarría, veio gradualmente a desenvolver



*Um aspecto da cidade de Buenos Aires, capital da Argentina*

a sua actividade em diferentes ramos da indústria, do comércio e da agricultura: metalurgia, construção civil, armazéns de mercearia, hotelaria, exploração agropecuária, indústria de cimentos, etc. Melhor do que nós, naturalmente, os pioneiros podem falar das dificuldades iniciais:

«Os teres e haveres da maioria — disse ao jornal «El Popular», Luís dos Santos — consistiam num par de calças, uma camisa e um saco de viagem». Assim chegavam a este país na década de 20 e 30 os pioneiros da emigração na Argentina.

Neste breve apontamento sobre uma comunidade portuguesa no estrangeiro, existe um ponto alto: a dignidade, imposta pelo trabalho, que o cidadão português soube conquistar junto do povo argentino. A testemunhá-lo, o elucidativo testemunho que o referido jornal dirige aos portugueses de Olavarría, a propósito da passagem de mais um aniversário da «Sociedade Portuguesa»:

«Pela sua actividade, pela sua

quantidade, a comunidade portuguesa na nossa cidade é uma das mais importantes, o que assim já não acontece com outras, no restante território do país. Só na Capital Federal e localidades da Frande Buenos Aires, em Comodoro Rivadavia e Mar del Plata, existem núcleos importantes de portugueses. Na nossa região se radicaram, já há muitos anos, possuindo um «Clube Português», hoje desaparecido. No entanto, faz dez anos, nasceu a «Sociedade Portuguesa». Em tão poucos anos conseguiu concretizar um importante património físico, social e cultural — o aniversário da «Sociedade Portuguesa» é uma boa oportunidade para dedicar estas páginas, estas notas, à boa gente da península ibérica que faz hoje parte de Olavarría. Por ela temos compreendido algo sobre a história do seu país, dos seus homens e mulheres; das suas formas de viver, hábitos e costumes; por ela temos compreendido e conhecido esta laboriosa comunidade portuguesa.»



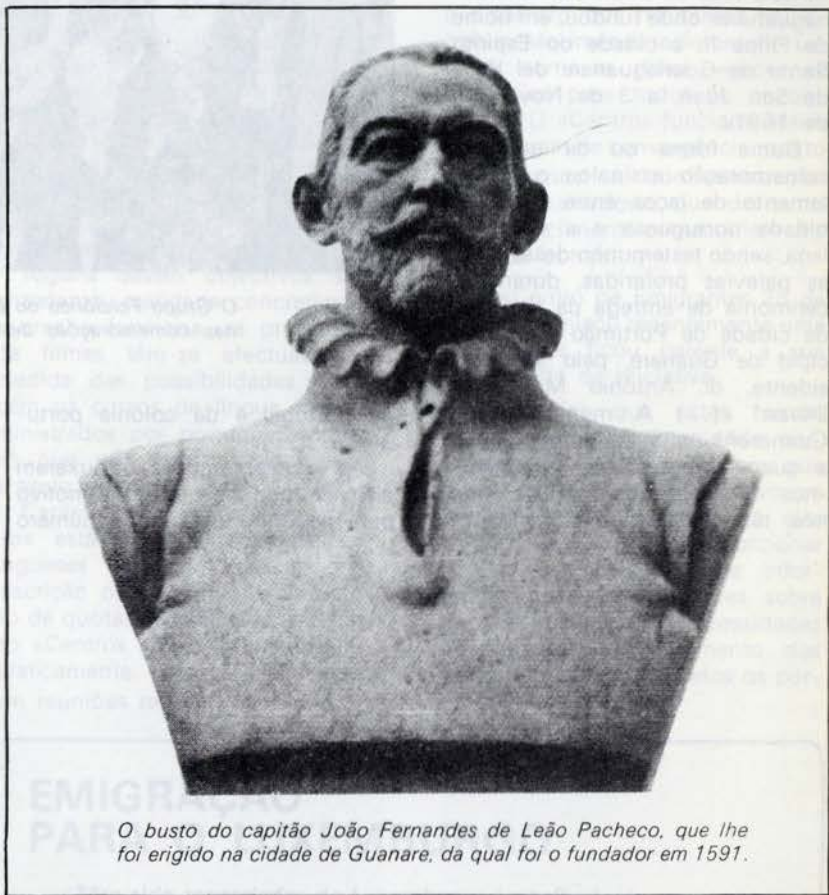
## VENEZUELA

# GUANARE COMEMOROU O 385.º ANIVERSÁRIO DA SUA FUNDAÇÃO PELO NAVEGADOR PORTUGUÊS LEÃO PACHECO

A comunidade portuguesa neste país, nomeadamente a que reside na cidade de Guanare, comemorou com particular significado os 385 anos da sua fundação pelo navegador e capitão português, João Fernandes Leão Pacheco, a 3 de Novembro de 1591. Nestas cerimónias mobilizaram-se diversas associações de emigrantes, entidades governamentais da cidade venezuelana e, especialmente convidado para o efeito, o engenheiro Rogério Jorge Castelo, então presidente da Câmara de Portimão — cidade de que Leão Pacheco era natural.

A imprensa portuguesa editada neste país deu larga cobertura ao acontecimento, sendo de especial destaque o historial da obra e biografia do navegador português dada pelo jornal «O Lusitano», as entrevistas concedidas pelo presidente da câmara de Portimão ao jornal «Voz de Portugal». Do conjunto de todas estas cerimónias destacou-se uma notável comunicação proferida pelo Professor doutor Felipe Gómez Alvarez, reitor da Universidade Experimental «Los Llanos». O embaixador de Portugal na Venezuela, dr. João da Cunha Matos associou-se às comemorações, assim como diversas individualidades portuguesas acreditadas no país.

João Fernandes Leão Pacheco, nasceu por volta do ano de 1543 na então Vila Nova de Portimão. A influência exercida pela faustosidade da corte espanhola e a proximidade da cidade de Cádiz, foram determinantes para que a família de Leão Pacheco abandonasse Portimão fixando residência nesta cidade. Apesar de português por nascimento, toda a sua vida de navegador foi realizada sob os auspícios da coroa



*O busto do capitão João Fernandes de Leão Pacheco, que lhe foi erigido na cidade de Guanare, da qual foi o fundador em 1591.*

de Espanha e ao serviço de Felipe II.

Conturbada época para Portugal esta, em que dificilmente se consegue determinar sob que interesses os portugueses de então empreendiam as suas expedições: se por Portugal (sob o jugo castelhano) se pelo império espanhol, opressor de Portugal até 1640!

Não queremos, no entanto, enveredar pela controvérsia da atribuição dos «feitos» de Leão Pacheco. Os elementos de que se

dispõem são escassos e pouco seguros. O Dicionário da História de Portugal (Joel Serrão — Maio 1971), diz, por exemplo:

«FERNANDES, João. Capitão e piloto-mor do século XVI que descobriu a ilha que tem o seu nome, no oceano Pacífico, como descobriu outras ao longo da costa do Chile, entre elas a que adquiriu grande celebridade literária em virtude do romance ROBINSON CRUSOE de Daniel Defoe. A nacionalidade portuguesa deste João Fernandes tem sido contestada, jul-



gando-se que seria espanhol, nascido em Cartagena, entre 1536 e 1604» — (Francisco Fernandes Lopes in «João Fernandes»).

De resto, na comunicação proferida pelo Prof. Dr. Felipe Gómez Alvarez, já referida, a determinado passo faz-se referência que João Fernandes Leão Pacheco «...depois de retornar várias vezes à região chegou a uma planície... «a dois tiros de pedra do rio Guanaguanare» onde fundou, em nome de Filipe II, a cidade do Espírito Santo de Guanaguanare del Valle de San Juan, a 3 de Novembro de 1591».

Duma forma ou de outra, a comemoração assinalou o estreitamento de laços entre a comunidade portuguesa e a venezuelana, sendo testemunho desse facto as palavras proferidas, durante a cerimónia de entrega da bandeira da cidade de Portimão ao Município de Guanare, pelo seu presidente, dr. António Manzanilla Dúran: «(...) A municipalidade Guanareña e este grande povo a quem representamos, sentimos-nos sensibilizados de ter entre nós tão distintas personalidades



*O Grupo Folclórico do Lar Lusitano de Valência esteve presente nas comemorações de Guanare*

de Portugal e da colónia portuguesa. (...)»

As comemorações trouxeram além de tudo mais um forte motivo para encontro de grande número

de elementos da comunidade portuguesa, sendo de salientar a participação de emigrantes residentes na cidade de Valência e do Grupo Folclórico do «Lar Lusitano».

**ESTA REVISTA É PARA OS EMIGRANTES.  
DIVULGUE-A ENTRE OS SEUS AMIGOS  
E CAMARADAS DE TRABALHO.  
RECOMENDE A SUA ASSINATURA.**



## ASSOCIAÇÕES DE EMIGRANTES

# INGLATERRA: CENTRO DE EMIGRANTES «25 DE ABRIL»

Dispersos por uma população de cerca de 12 milhões de habitantes, vivem na cidade de Londres à volta de 15 mil portugueses. Sabe-se que a zona londrina onde existe maior concentração de portugueses é North Kensington. Nesta zona a maior parte dos trabalhadores emigrados exerce a sua actividade profissional nos sectores de hotelaria e hospitalares.

Exactamente nesta zona, mercê das facilidades da Câmara Municipal local e da sua própria iniciativa, um grupo de portugueses fundou recentemente o «Centro de Emigrantes 25 de Abril». As suas instalações situam-se numa velha casa, entretanto adaptada, localizada numa transversal, junto à Porto Bello Road. O lugar é típico na tradição popular da zona, pois é aí que se realiza todos os sábados a maior feira londrina de antiguidades, roupas, frutas e diversos artigos.

Os objectivos deste «Centro» constam de um documento provisório, enquanto se esperam os estatutos definitivos, onde poderemos ler o seguinte:

«O Centro de Emigrantes 25 de Abril, de North Kensington, tem por objectivos principais promover a assistência aos emigrantes portugueses em todos os problemas em que se mostre necessária a sua intervenção, como sejam os que possam surgir com autoridades inglesas, nomeadamente no que respeita a questões de inquilinato, relações com entidades patronais; pôr a funcionar uma creche de fim-de-semana; organizar cursos de alfabetização para adultos, e outros cursos que se revelem

de interesse para os moradores da zona de North Kensington; formar um grupo cénico, sobretudo destinado à representação de peças de autores portugueses; projectar filmes e realizar espectáculos e sessões culturais que possam contribuir para dar ao emigrante uma consciência de classe e, ao mesmo tempo uma visão mais clara do mundo e das realidades portuguesas».

Alguns destes objectivos são, entretanto, realidade concretizada: a creche funciona, as projecções de filmes têm-se efectuado na medida das possibilidades. Também os cursos de língua inglesa, ministrados por portugueses, têm, ao que nos consta, funcionado, a título gratuito.

Característica exemplar do «Centro»: está aberto a todos os portugueses sem ser necessário a inscrição ou pagamento obrigatório de quotas. Todas as actividades do «Centro» são decididas democraticamente, pelos seus activistas em reuniões regulares.

Sendo Londres uma das cidades mais populosas do Mundo, e grande a dispersão dos residentes nacionais nesse imenso aglomerado urbano, torna-se difícil vencer as distâncias para todos se encontrarem. O «Centro» funciona assim como ponto de convergência; ponto de encontro e confraternização entre trabalhadores que de outro modo dificilmente contactaríamos uns com os outros.

O «Centro de Emigrantes 25 de Abril» organizou recentemente uma festa onde ficou patente a sua capacidade de iniciativa.

Desejamos que estas formas organizadas da comunidade portuguesa no exterior proliferem; que laços de carácter informativo se venham a estabelecer entre elas e nós, de molde a proporcionar melhor e mais constante informação aos nossos leitores sobre as possibilidades e necessidades de um maior estreitamento dos laços fraternais entre todos os portugueses no Mundo.

## EMIGRAÇÃO PARA O LUXEMBURGO

**Têm sido repatriados do Luxemburgo trabalhadores portugueses que ali se apresentam pelos seus meios no objectivo de procurar trabalho e aos quais as respectivas autoridades não concedem as necessárias autorizações.**

**Para esclarecimento de possíveis interessados, a Secretaria de Estado da Emigração informa que as autoridades luxemburguesas apenas autorizam a imigração de trabalhadores previamente munidos de contrato de trabalho e visto obtido no Consulado do Luxemburgo em Portugal.**

**Mais se informa que, presentemente, as possibilidades de emigração para o Luxemburgo se encontram reduzidas praticamente a alguns familiares de portugueses já ali radicados.**



pelas  
nossas  
terras



## TOMAR E O RIO NABÃO

Editado pela Junta Distrital de Santarém, acaba de sair um livro — «Coisas Simples da Terra Tomarense / o Rio, os Açudes e as Rodas» — de Fernando de Araújo Ferreira, que nos merece particular atenção nesta rubrica.

Trata-se da evocação de um passado recente da cidade, quando a sua paisagem natural estava delimitada pelo aproveitamento do rio Nabão. Uma época em que açudes e rodas, rio abaixo-rio-acima, com a sua estacaria de madeira, orientava a corrente fluvial, dando-lhe recantos lacustres de uma beleza hoje desaparecida. Neste livro é-nos narrada a simples faina piscatória onde alguma comercialização chegou a existir. A descrição dos utensílios e artimanhas de apanhar peixe — hoje perdidas e ignoradas por muitos — os tresmalhos, tarrafas e nassas, bem como as barcas e utensílios ligados ao puxo e preparação final da areia.

Existem ainda hoje algumas relíquias que o tempo não marcou nem a técnica arredou, como a tudo o mais: o açude do Neves, limite de passeios de barco rio acima, a roda do Mouchão, agora remoçada e, aqui e ali, uma ou outra roda existe mais por saudosismo e «fortuna para o ter», do

que por necessidade. Os motores de rega ultrapassaram estes engenhos quase medievais, pela sua eficácia e economia. A paisagem que os olhos disfrutavam é que não pode ser a mesma... A roda do tempo foi mais forte que a roda dos açudes, e a técnica, invadindo o velho ambiente, transformou o agro irremediavelmente.

No entanto, muitos conheceram esta velha Tomar, e nela viveram

e espriaram a vista; nela alegraram os ouvidos no murmúrio das águas chilreando entre as rodas; nela ainda admiraram as barcas nos seus dias de labuta e, quem sabe, se algum se não lembra ainda dos diversos apetrechos de pesca, desses pescadores desaparecidos, dos quais resta apenas em estátua o velho profissional José Maria Aguadeiro.

Para além da sua singeleza e



Tomar — Convento de Cristo



do seu carácter aparentemente saudosista e regionalista, esta obra documenta porém — salvaguardadas as dimensões — um dos capítulos do drama potencial do nosso século: a degradação do ambiente, o início da luta do homem contra os malefícios do progresso desenfreado.

Cidade nascida antes de Cristo, pelas mãos da civilização árabe, descende da nobre linhagem desses «cavaleiros andantes», os Templários, povoada de lendas de tesouros escondidos, de subterrâneos de conventos, de janelas bordadas como renda fina por mãos diáfnas, entre antigas rodas de açudes que desaparecem, lagares que se abandonam, moinhos de madeira em ruínas. Tomar não merece fim tão desumanizado, ainda que o progresso, com as suas fábricas disto e daquilo, cuspidando sobre o rio Nabão os seus dejectos, sirva de pretexto a este estrangulamento criminoso.

Urge promover a conciliação entre o progresso e o histórico passado; entre a fábrica e o plano verde de uma paisagem; entre o escoamento de detritos de uma aglomeração industrial e o manso serpentear de um rio livre e sadio.

Este trabalho, de que reproduzimos alguns trechos, pode vir a ser uma lápide em memória de um dos mais belos rios deste País, se a tempo se não tomarem medidas; se, a tempo, os tomarenses não se lembrarem de que são eles mesmos que, nos caminhos do progresso social e económico, devem procurar defender a sua terra, as suas belezas naturais e as condições de vida da população.

É pois para quantos viveram nesta Tomar que enviamos alguns trechos desta obra de incontável valor histórico, de hábitos e costumes do Povo de Portugal, que o tempo e a marcha da história vão fazendo desaparecer para darem lugar a outros mais conformes às necessidades do progresso.

**«(...) Vão morrendo os homens que viveram o rio quando os açudes e as rodas eram às dezenas no nosso vale.**

**Vão desaparecendo os açudeiros**



*Num barco de pesca típico, José Maria Aguadeiro armando nassas*

**e os construtores das rodas do Nabão.**

**Um dia virá, muito em breve, que deles, dos açudes e das rodas, ninguém fique para dizer como eram, como se construíam, como davam, à nossa terra, encanto, poesia, pão.**

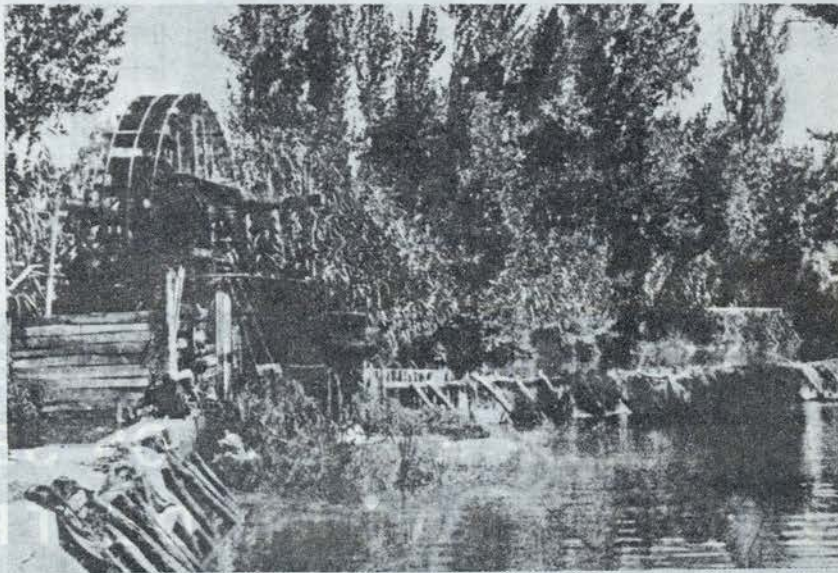
**Os motores de rega, frios e sem alma, substituíram as rodas. Desfizeram, esfarraparam, parte do lirismo do nosso rio. A maior rentabilidade dos motores deter-**

**minou o fim das rodas. A construção ou reparação destas e o erguer dos açudes de estacaria, tornou-se faina onerosa.**

**Os tempos rodaram. Como as rodas. E elas conheceram o fim.**

**Ficou, quase só, como relíquia ou peça de museu etnográfico, a roda do Mouchão e o seu açude. Mas talvez, mais ano menos ano, nem ela sobreviva.**

**Amigos tomarenses, interessados pelas coisas de Tomar, entu-**



*O rio Nabão em 1926. À esquerda, o canal que levava a água desde a roda da Horta da Fábrica (actual Hotel dos Templários) até à roda da Várzea Pequena.*





*Arco de Santa Iria*

siasmaram-nos a dizer, por escrito, o que sabíamos do rio em cujas margens nascemos. Para deixar testemunho.

Também nós tínhamos consciência de estarmos na última oportunidade. Que, desaparecida a geração mais velha, por falta de elementos e de vivência, pouco se conheceria e poderia dizer sobre os açudes, rodas e fainas do velho Tamarara.

«(...) A contrastar os tons claros do seu todo, da sua cal, bastava à cidade o vermelho dos telhados, os verdes das suas árvores e a policromia natural e bela das flores dos seus jardins...

Uma terra modesta, uma terra talvez humilde, mas uma terra característica, uma terra com sentido, uma terra com personalidade. Personalidade tinham também o seu povo; simples, hospitaleiro, terra a terra, mas que vivia com a cabeça erguida, sem subserviências...

Terra com harmonia, terra com equilíbrio. Terra bonita!

No meio da cidadezinha, a afaçá-la como namorado, o rio a dar-lhe frescura, o rio a dar-lhe pão, o rio a dar-lhe graça. O rio a envolvê-la de lirismo!

O rio era então verde. Verde de chorões, verde de salgueiros, verde de choupais, verde de amieiros... Verde de bunho.

Um rio que se cobria de encantos para tomar bonita e rica — rica de belezas naturais — a «menina simples do vestido de chita»... A menina dos seus olhos... A nossa terra!...

E o rio tinha voz. Falava, cantava. Voz para além do murmurar da brisa que agitava as águas claras; voz para além do cântico das pequeninas aves, dos rouxinóis, das

**ESTA REVISTA É PARA OS EMIGRANTES.  
DIVULGUE-A ENTRE OS SEUS AMIGOS  
E CAMARADAS DE TRABALHO.  
RECOMENDE A SUA ASSINATURA.**



milheirinhas, dos pintarroxos... voz para além do arrulhar das rolas, do assobio dos papa-figos, da «gargalhada» dos melros... para além do coaxar das rãs ou do silvar das lontras chamando as companheiras...»

«(...) Os açudes de estacaria e as rodas do Nabão, são motivos tomarensestípicos e únicos. Conhecemos grande parte dos rios do nosso país e, em nenhum deles, encontrámos rodas e açudes com as características peculiares às rodas e açudes do Nabão. Parecidas e parecidos, algumas e alguns. Mas com o mesmo volume, estruturas e lançamento, não vimos nem conhecemos.

Creemos que a herança árabe passou, em pureza, de geração em geração tomarense. Os nossos açudeiros e construtores de rodas seguiram, sempre, as linhas tradicionais.

Falámos na herança árabe. Autores tomarense — João dos Santos Simões entre eles — aceitam (e citam) a origem árabe das nossas rodas e açudes. Um tomarense, culto e observador, encontrou em Marrocos, salvo erro na região de Meknez, rodas muito semelhantes às do Nabão.

A voz do próprio povo, em teste-



*Entrada do Parque do Mouchão*

munho que tem passado de pais para filhos, diz-nos das rodas e açudes dos meuros.

Se as rodas e açudes foram, mesmo, de inspiração árabe ou se eles, os árabes, colheram a lição em outras fontes, noutros povos, não o sabemos. Um professor assistente da Faculdade de Letras, com quem conversámos sobre o assunto no Café Paraíso, em Tomar, aventou a hipótese da origem se situar no período tardo-romano, por influência bizantina.

De qualquer modo, nós devemos aos árabes as rodas e açudes do rio de Tomar. E pouco nos importa, para a finalidade principal do nosso trabalho, que imperasse a inspiração árabe na origem das rodas de rega do Nabão (e nos seus açudes) ou que eles, os árabes, bebessem essa mesma inspiração noutras fontes.

Tomar, o vale do rio, todo ele, era um pântano. Canais, água e bunho... Terra de aves ribeirinhas, de narcejas, patos e galinhas de água, etc., etc., e terra de mosquitos. De febres. O rio espriava-se, empapava...»



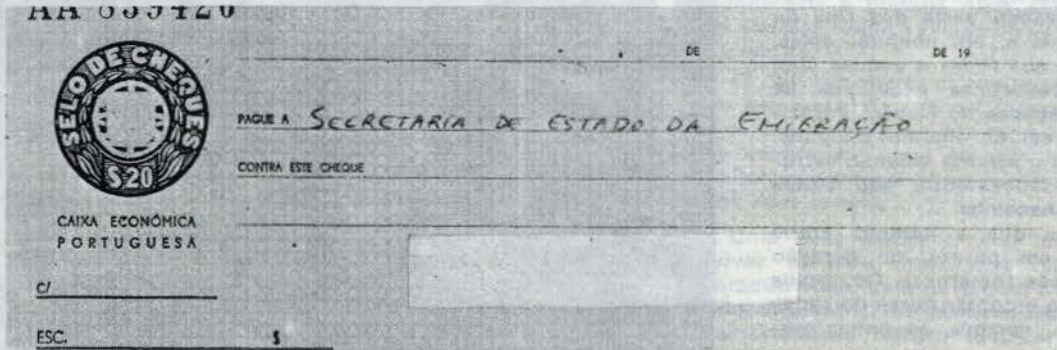
*O crescer da cheia, em 1909*



# AOS ASSINANTES

A fim de facilitar a cobrança das quantias enviadas para assinatura da Revista «25 de Abril», agradecemos aos nossos leitores o favor de observarem o seguinte:

Toda a correspondência deve ser enviada para **Praça do Areeiro, 11, 2.º, esq. — Lisboa**. Contudo, os documentos para pagamento (Cheques, vales de correio, ordens de pagamento, etc.) devem ser dirigidos simplesmente a **Secretaria de Estado da Emigração**, conforme o exemplo abaixo indicado. Mais agradecemos que qualquer documento (incluindo o próprio remetente) seja escrito de forma bem legível, de preferência em maiúsculas.



## MUITO IMPORTANTE

- Todos os documentos (cheques, ordens de pagamento, vales do correio, etc.) para pagamento da assinatura da Revista, devem ser dirigidos a **Secretaria de Estado da Emigração**.
- Tratando-se de renovação da assinatura, informe, sempre que possível, desde quando é assinante e qual o primeiro número que recebeu.
- Caso mude de residência, comunique-nos o mais rapidamente possível.

## CONDIÇÕES DE ASSINATURA

12 NÚMEROS (VIA AÉREA)

PAÍSES	Importância aproximada em moeda estrangeira
França	250\$00 45 F.
Bélgica	250\$00 370 F.B.
Alemanha	250\$00 24 D.M.
Inglaterra	250\$00 4,50 £
Espanha	200\$00 80 P.
Brasil	320\$00 115 Cr.
Canadá	340\$00 15 d.
E. U. A.	340\$00 15 d.
Outros países da Europa	250\$00
Outros países fora da Europa	340\$00

Queiram enviar-me mensalmente a revista «25 de Abril» da Secretaria de Estado da Emigração. Para o efeito, envio a importância de.....\$.....

NOME .....

MORADA .....

LOCALIDADE .....

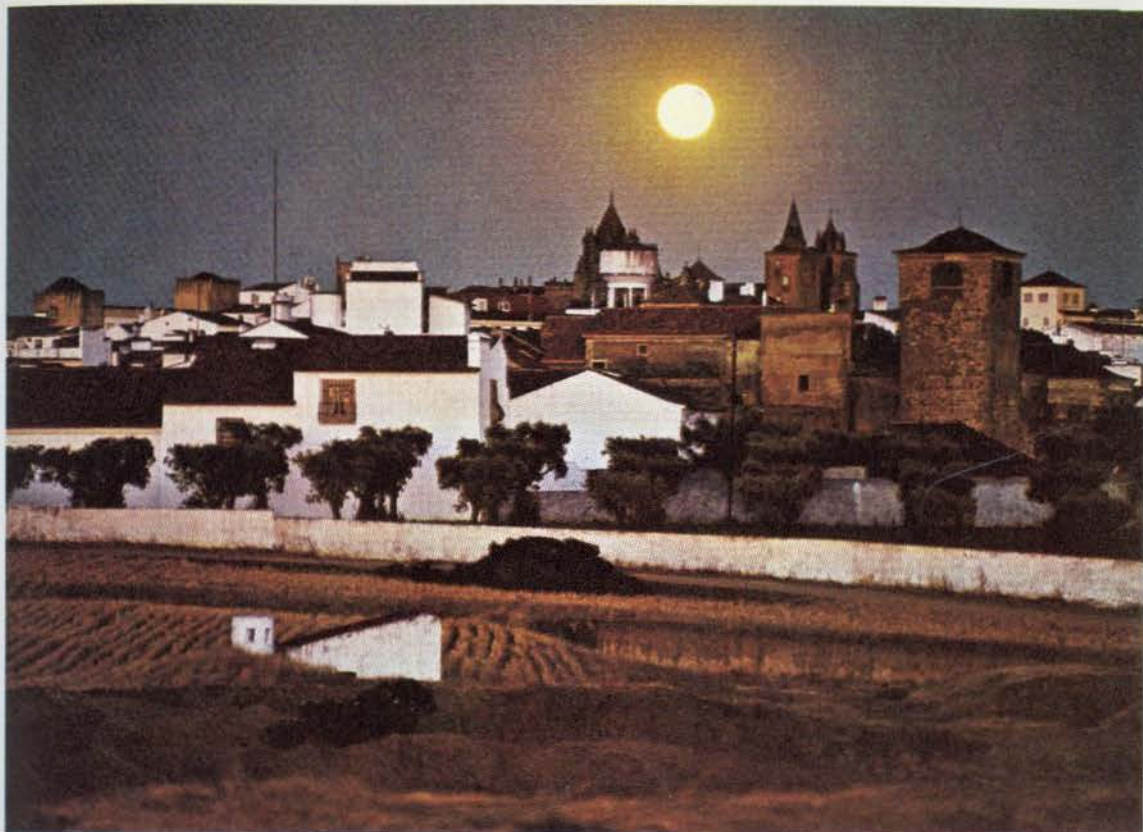
PAÍS .....

Preencha este cupão, recorte-o pelo tracejado e envie-o, juntamente com a importância respectiva para:

**Secretaria de Estado da Emigração**

**Praça do Areeiro, 11-2.º Esq.º Lisboa — PORTUGAL**





Évora



Viana  
do Castelo





LOGO À PARTIDA A TAP RECEBE-O COMO NA SUA TERRA!  
DE ONDE QUER QUE ESTEJA NÓS TRAZEMO-LO PARA:

**PORTUGAL CONTINENTAL**

**AÇORES**

**E MADEIRA**

**TAP**  
TRANSPORTES  
AÉREOS PORTUGUESES